

**Anais do XI Colóquio Feminismo Negro**  
***Negras Digitais: Ativismo, Militância e***  
***o Discurso de Ódio nas Redes Sociais***

# **XI COLÓQUIO**

# **FEMINISMO NEGRO**





**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Colóquio Feminismo Negro (11. : 2024 : Maringá, PR)  
Anais do XI Colóquio Feminismo Negro do NEIAB-UEM  
[livro eletrônico] : negras digitais: ativismo,  
militância e o discurso de ódio nas redes sociais /  
organização Duana Eduarda Elias da Silva...[et al.].  
-- Maringá, PR : Ed. dos Autores, 2025.  
PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Joana Máximo da Silva, Lucas  
Patrick Souza de Gois, Marivânia Conceição de Araujo.  
Bibliografia.

ISBN 978-65-01-32744-0

1. Antirracismo 2. Ativismo 3. Ciências sociais  
4. Feminismo - Brasil 5. Internet (Rede de  
computadores) - Aspectos sociais  
6. Interseccionalidade 7. Mulheres negras - Condições  
sociais I. Silva, Duana Eduarda Elias da. II. Silva,  
Joana Máximo da. III. Gois, Lucas Patrick Souza de.  
IV. Araujo, Marivânia Conceição de. V. Título.

25-251742

CDD-305.42

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Feminismo negro : Sociologia 305.42

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

## COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO

Alessandra Guimarães dos Santos Medina

Davi Talizin

Delton Aparecido Felipe

Duana Eduarda Elias da Silva

Eliane Aparecida de Oliveira

Emily Camily Silva Damasceno do Carmo

Jesse Marques Junior

Joana Máximo da Silva

Liége Torresan Moreira

Lorena Luciano Nogueira

Lucas Patrick Souza de Gois

Marivânia Conceição Araujo

Samária Crystiane Bicalho de Brito

Sara de Jesus Araújo

## **COMITÊ CIENTÍFICO (ANAIS)**

Duana Eduarda Elias da Silva (UEM)

Eliane Aparecida de Oliveira

Emily Camily Silva Damasceno do Carmo (UEM)

Jesse Marques Junior (UEM)

Joana Máximo da Silva (UFPR)

Lucas Patrick Souza de Gois (UEM)

Marivânia Conceição de Araujo (UEM)

Samária Crystiane Bicalho de Brito

## Grupos de Trabalho

Ao referir um olhar para a nossa sociedade de forma geral, percebemos que o racismo circula de diferentes formas e nos diferentes contextos. As desigualdades sociais/raciais que afetam a população negra no país colocam esses sujeitos em situações de vulnerabilidade extrema, perpassando pelas áreas da saúde, educação, segurança, economia, etc. Com isso, as subjetividades dos sujeitos também é atravessada e marcada de forma violenta e devastadora. Como forma de resistir e transformar essa realidade, a articulação das pessoas negras é de suma importância para ocorrerem transformações sociais, culturais e econômicas na vida de pessoas racializadas, partindo de um olhar não colonizatório. Foi através dessas articulações que políticas públicas e leis de combate ao racismo foram sancionadas, a Lei 10.639/2003, por exemplo, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de nível fundamental e médio. Esses movimentos se transformaram principalmente dentro do meio digital a partir de 2010, ganhando novos espaços para diálogos, enfrentando novos desafios e modificando a imagem das pessoas negras para si e para o externo, além de influenciar até mesmo o posicionamento do mercado de forma geral. Os grupos de trabalho (GTs) que seguem visam abrir espaço para o debate de produções que tenham como escopo a discussão das movimentações negras no ciberespaço, considerando que esse ambiente também contribui para a manutenção e reprodução de uma estrutura racista, sexista e de desigualdade social. As apresentações dos trabalhos aconteceram em uma sessão só, onde as coordenadoras dos Gts estavam todas presentes e fizeram considerações pertinentes para cada participante. [A transmissão dos grupos de trabalho pode ser assistida acessando esse link.](#)

### 1. Intersecções entre raça, gênero e tecnologia

**Coordenação:** Eliane Aparecida de Oliveira, mestre em Ciências Sociais pelo Programa de pós-graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (PGC/UEM), com bolsa CAPES; Graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição (DCS/UEM). Compõem a Rede de Ciberativistas Negras; Administra o projeto Preta e Acadêmica; Conselheira Municipal para Promoção da Igualdade Racial de Sarandi; Professora concursada de Sociologia da rede pública do Paraná e membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinar Afro-brasileiro da Universidade Estadual de Maringá (NEIAB/UEM).

## **2. Presença negra no Ciberespaço: Ativismo Vs. Algoritmo**

**Coordenação:** Duana Eduarda Elias da Silva, mestranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Maringá (PGC/UEM), bolsista CAPES. Graduada em Ciências Sociais pela mesma universidade. Membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB/UEM). Realiza pesquisa na área de Educação para as Relações Étnico-Raciais, Feminismo Negro, Cotas Raciais e Antropologia da saúde.

## **3. Mulheres negras, militância e trajetórias**

**Coordenação:** Samária Crystiane Bicalho de Brito, mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá (PGC/UEM), graduada em História pela mesma instituição (DHI/UM) e em Pedagogia pela Faculdade Instituto Superior de Educação do Paraná (FAINSEP). Especialização em Educação Infantil e Anos Iniciais, Neurociência e Educação, Educação Especial e História da África e Aplicação da Lei 10.639/03. É Professora do Ensino Fundamental no Município de Paiçandu-PR, membro do Grupo de Estudos AquilombaUem para leitura de autores/as negros/as e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB/UEM).

## **4. “Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém”: discursos de ódio contra a população negra nas mídias**

**Coordenação:** Joana Máximo, mestranda em História na Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR), bolsista CAPES. Graduada em História na Universidade Estadual de Maringá (UEM/2024), Membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB-UEM). Realiza pesquisa na área da História Pública, Ensino de História, Internet, Relações Étnico-Raciais, Branquitude e Extrema-Direita Brasileira.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO.....   | 9  |
| FILOSOFIA E MILITÂNCIA DIGITAL: DESAFIOS E IMPACTOS DA ATUAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NAS REDES SOCIAIS.....   | 12 |
| NOVAS FORMAS DE EXISTÊNCIA: AUTODEFINIÇÃO, SUBVERSÃO E IDENTIDADES NEGRAS.....  | 18 |
| ENTRE RITMOS E RESISTÊNCIAS:<br>A ESCREVIVÊNCIA DE UMA DJ DO INTERIOR DE MINAS GERAIS.....  | 25 |
| REFLEXÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA COMO MULHER NEGRA.....  | 32 |
| MUSICALIZAÇÃO COM VIOLÃO PARA DESENVOLVER VIVÊNCIA MUSICAL FEMINISTA E ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA NETNOGRAFIA NO TIKTOK.....                            | 39 |
| DISCURSOS DE ÓDIO E O JULGAMENTO DAS MULHERES NEGRAS NAS REDES SOCIAIS.....   | 45 |
| A PSEUDO-NEUTRALIDADE RACIAL DOS ALGORITMOS DIGITAIS.....   | 51 |
| O DEBATE SOBRE A LEGITIMAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: A POLÊMICA DAS COTAS RACIAIS..... | 57 |
| ESTRUTURA PRETA: UMA CONSTRUÇÃO ANTIRRACISTA NA MÍDIA TRADICIONAL.....  | 64 |
| PAREM DE NOS MATAR: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CIDADE DE SARANDI-PARANÁ (1995-2015).....                               | 69 |

# APRESENTAÇÃO

O Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiro da Universidade Estadual de Maringá (NEIAB/UEM), é composto por uma gama de estudiosos, professoras/es, pesquisadoras/es, discentes e comunidade externa, engajadas/os na ampliação do debate acerca das questões raciais. Atualmente coordenado pela Professora Dr<sup>a</sup>. Marivânia Conceição de Araujo, o NEIAB coloca-se enquanto um grupo que pretende realizar discussões aprofundadas sobre as características das relações sociais e históricas que envolvem a população negra nas suas diferentes nuances.

Além disso, o NEIAB/UEM interliga-se a uma rede nacionalmente articulada, que reúne NEABs e NEABIs (Núcleos de Estudos Afros-Brasileiros e Núcleos de Estudos Afros-Brasileiros e Indígena), já existentes em diversas universidades federais e estaduais brasileiras, e que cujas siglas se assemelham - NEAB, NEIAB, NEINB. Os NEABs e NEABIs são responsáveis por desenvolver pesquisas científicas sobre a temática étnico-racial e possui um conjunto de propostas de ações afirmativas que visam integrar a população negra e indígena na sociedade brasileira em vários campos, inclusive na universidade. Tais propostas foram apresentadas formalmente no I Fórum “Diversidade na Universidade”, realizado em Brasília em 2002 e, posteriormente, encaminhadas ao governo federal, que atualmente implementa algumas delas.

Nesse sentido, pensando a temática das relações étnico-raciais, o NEIAB/UEM ao longo dos anos realiza uma série de eventos, como: Café Preto, Semana Afro e o Colóquio de Feminismo Negro, sendo esse promovido desde 2014, tendo por o objetivo dar visibilidade para questões que estejam relacionadas as vivências das mulheres negras em suas diferentes interfaces. Compreende-se que esses corpos são atravessados por diferentes manifestações de violências, dentre elas o racismo e o sexismo, que se relaciona duplamente. Dessa forma, com uma agenda que acontece anualmente, promovendo mesas redondas, grupos de trabalhos, oficinas, dentre outras atividades, o Colóquio consolidou-se como o maior evento de Feminismo Negro do Sul do país. Todos os anos, uma mulher negra é homenageada, a fim de manter e honrar sua memória e significado ancestral, político e representativo. Nomes importantes como Djamila Ribeiro, Maria Nilza Silva, Joice Berth, Tia Má, Jarid Arraes, e outras mulheres negras representativas em âmbito nacional já estiveram conosco em edições anteriores.

Assim, o Colóquio se constitui como um importante evento que valoriza a presença negra e principalmente de mulheres negras como produtoras de conhecimento e de suas histórias dentro e fora do ambiente universitário.

A 11ª edição do evento, intitulado “*Negras Digitais: Ativismo, Militância e o Discurso de Ódio nas Redes Sociais*”, aconteceu nos dias 24, 25 e 26 de julho/2024, e homenageou diva moreira<sup>1</sup> jornalista, cientista política, ativista e escritora, movida pela “esperança de ver o povo brasileiro, principalmente o povo negro indígena, vivendo com dignidade e com os direitos garantidos”<sup>2</sup>.

Para a temática deste ano, considerou-se como indispensável pensar que a realidade das mulheres negras e suas lutas diárias por direitos, que também acontecem no ambiente digital, abrindo espaço para discutir como suas pautas se articulam nesse meio. Temas como: trabalho digital, consumo de conteúdos digitais, intersecções e mídia digital, racismo algoritmo, *ciberativismo*, entre outros, foram debatidos nas mesas presenciais e nos grupos trabalhos que ocorreram de forma *on-line*, a fim de dar espaço de participação para pesquisadoras negras de outras universidades.

Agradecemos a toda/os que participaram do evento, seja na organização ou em participação. Sem o trabalho coletivo de todas/os, o nosso Colóquio não seria um evento tão significativo e consolidado por todos esses anos. Esse evento representa toda a luta por (re)existência das mulheres negras em nossa sociedade, e em especial no sul do país. Seguimos lutando por um país onde o povo preto é feliz, como nos diz Carolina Maria de Jesus.

**Muitas fugiam ao me ver...**

Muitas fugiam ao me ver  
Pensando que eu não percebia  
Outras pediam pra ler  
Os versos que eu escrevia

Era papel que eu catava  
Para custear o meu viver  
E no lixo eu encontrava livros para ler  
Quantas coisas eu quiz fazer  
Fui tolhida pelo preconceito  
Se eu extinguir quero renascer  
Num país que predomina o preto

<sup>1</sup>Seu nome é escrito com letra minúscula para suavizar a força semântica de "diva" e por sororidade com bell hooks, com quem tem inequívocas afinidades.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C3qOknyrFks/>>. Acesso em: 11 de outubro de 2024.

Adeus! Adeus, eu vou morrer!  
E deixo esses versos ao meu país  
Se é que temos o direito de renascer  
Quero um lugar onde o preto é feliz.  
– Carolina Maria de Jesus<sup>3</sup>

E querendo um lugar em que pretas/os são felizes, esperamos te encontrar nos próximos (re)encontros.

Duana Silva e Joana Maximo

---

<sup>3</sup>Carolina Maria de Jesus. “Antologia pessoal”. (Org. José Carlos Sebe Bom Meihy). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

# FILOSOFIA E MILITÂNCIA DIGITAL: DESAFIOS E IMPACTOS DA ATUAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NAS REDES SOCIAIS

Carla de Brito Nascimento<sup>4</sup>

## RESUMO

A presença de mulheres negras em espaços de poder e visibilidade é frequentemente inviabilizada devido a fatores estruturais, históricos e sociais, como racismo e sexismo. Esses fatores criam barreiras quase intransponíveis para a ascensão e reconhecimento dessas mulheres. No entanto, as redes sociais se tornaram uma ferramenta poderosa para a promoção de vozes e causas, mulheres negras como Naiara Lira (@naiaralira.nl) e Bárbara Carine (@uma\_intelectual\_diferentona) utilizam plataformas digitais para promover suas lutas, enfrentando desafios e gerando impactos significativos. Elas exemplificam como a herança intelectual de mulheres negras se manifesta no ambiente digital, pois usam suas redes para compartilhar reflexões e experiências, contribuindo para a consciência crítica sobre questões raciais e de gênero. Buscando promover o empoderamento e visibilidade das mulheres negras, abordando temas como educação, filosofia e políticas públicas. Apesar da relevância de seus conteúdos, as produtoras enfrentam desafios na distribuição e visibilidade de suas postagens devido aos algoritmos de redes sociais que, muitas vezes, reproduzem vieses sociais, limitando o alcance de seus conteúdos. Por isso, devemos trazer para o debate como o racismo e sexismo se sofisticam utilizando ferramentas digitais na tentativa de silenciar vozes dissonantes e transgressoras.

**Palavras-chave:** Militância Digital. Racismo Estrutural. Visibilidade Negra.

---

<sup>4</sup>Mestranda em filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGFIL-UFU/CAPES)  
Orientador: Prof. Dr. José Benedito de Almeida Júnior  
E-mail: [carla.brito@ufu.br](mailto:carla.brito@ufu.br).

A ascensão de mulheres negras é frequentemente impedida por diversos fatores que visam manter a exclusão e a marginalização social. Esses fatores incluem racismo, sexismo, desigualdade econômica, e a interseccionalidade desses elementos, que juntos criam barreiras quase intransponíveis para a ascensão e reconhecimento de mulheres negras como produtoras e detentoras de saberes, e conseqüentemente, de poderes.

As redes sociais têm se tornado uma ferramenta poderosa para a promoção de vozes e causas, por isso, a atuação das mulheres negras na militância, especialmente no ambiente virtual, tem ganhado cada vez mais visibilidade e importância. Isso porque elas trazem um novo paradigma inspiradas pelas ideias e legados de pioneiras como Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus.

Lélia Gonzalez, foi uma filósofa, intelectual e ativista do movimento negro, sendo uma das primeiras a discutir a interseccionalidade de raça e gênero no Brasil, ela trouxe para o cenário acadêmico uma perspectiva inovadora para a compreensão das opressões enfrentadas pelas mulheres negras. Dado a relevância de sua obra é certo afirmar que ela continua a influenciar as novas gerações de militantes; e ao analisarmos os conteúdos selecionados com a finalidade de delimitar este trabalho o nome de Lélia Gonzalez é recorrentemente citado para exemplificar situações do cotidiano atual.

A mesma recorrência de citações ocorre com o nome de Carolina Maria de Jesus, que por sua vez, trouxe uma visão realista e crua da vida das pessoas que residiam nas periferias, destacando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras e pobres. Podemos afirmar que seu legado literário serve como uma fonte de inspiração, pois ela produziu uma filosofia de resistência e a partir disso instituiu um marco na luta por reconhecimento e direitos.

Devido a relevância e convergência dos legados Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus, se tornam influências necessárias na vida de mulheres negras, e por conseguinte, no ambiente digital. Atualmente há inúmeras mulheres negras produzindo conteúdos de qualidades nas redes sociais, expondo as mais variadas vertentes, sabedorias e vivências.

Porém, com o objetivo de delimitar este texto usamos como exemplo as intelectuais e ativistas Naiara Lira (@naiaralira.nl) e Bárbara Carine (@uma\_intelectual\_diferentona). Uma vez que elas utilizam as plataformas digitais para promover suas lutas e causas, enfrentando desafios, desenvolvendo estratégias inovadoras e gerando impactos significativos. Elas não foram escolhidas devido número de seguidores ou qualquer parâmetro de aferição de popularidade, mas sim, pela identificação com o conteúdo que produzem e pela convergência com as obras de Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus.

Apesar da distância cronológica e territorial todas as mulheres citadas aqui criam ou criaram um espaço de militância que é ao mesmo tempo teórico e prático, cultural e político. Atualmente as redes sociais permitem que ideias complexas sobre interseccionalidade e identidade sejam disseminadas de forma mais acessível e que as experiências vividas nas periferias sejam mais compartilhadas e reconhecidas. No entanto, essa é apenas a utilização de uma ferramenta para dar continuidade em uma luta constante.

Ao acompanhar o trabalho delas podemos perceber de forma nítida como Naiara Lira e Bárbara Carine são exemplos de como a herança intelectual de mulheres negras se manifesta no ambiente digital. Naiara Lira utiliza suas redes sociais para compartilhar reflexões, análises e experiências, usando muitas vezes da ironia e do deboche como ferramenta didática para expor as violências e opressões impostas pelo racismo e sexismo na nossa sociedade; contribuindo para a formação de uma consciência crítica sobre as questões raciais e de gênero. Enquanto, Bárbara Carine, com seu trabalho de divulgação digital, promove o empoderamento e a visibilidade das mulheres negras acadêmicas para além de estereótipos, abordando temas como educação, cultura e políticas públicas.

No entanto, essas produtoras de conteúdos digitais, assim como inúmeras outras mulheres negras enfrentam desafios específicos na distribuição e visibilidade de seus conteúdos. Algoritmos de redes sociais, como TikTok, Instagram e Twitter, muitas vezes funcionam de maneira que não favorecem o conteúdo produzido por mulheres negras. Esses algoritmos podem ser influenciados por vieses implícitos que reproduzem as mesmas desigualdades existentes fora do ambiente digital. Isso porque esse sistema é programado e operacionalizado por pessoas que possuem vieses que reproduzem violências e opressões.

Os algoritmos das redes sociais são projetados para maximizar o engajamento, mas frequentemente refletem e amplificam os preconceitos da sociedade. Isso ocorre porque por mais que mulheres negras estejam conquistando direitos, a propagação de conteúdos que não

se alinham com o que é considerado "mainstream" ou que desafiam normas sociais estabelecidas é suprimida. Como resultado, conteúdos criados por mulheres negras, que muitas vezes abordam questões de racismo, sexismo e outras formas de opressão, podem não receber a mesma visibilidade que conteúdos considerados mais neutros ou conformistas.

Há evidências de que mulheres negras e outras minorias enfrentam práticas como "shadow banning", isto é, é uma prática usada por algumas plataformas de redes sociais onde as postagens ou atividades de um usuário são ocultadas ou limitadas sem que o usuário seja avisado. Isso significa que o usuário continua a ver suas próprias postagens e interações normalmente, mas outros usuários têm dificuldade em encontrar ou ver esses conteúdos. É como se o usuário estivesse sendo "silenciado" de maneira invisível, sem uma notificação explícita de que isso está acontecendo. Essa prática pode reduzir significativamente o alcance e a visibilidade dos conteúdos compartilhados por quem está sendo afetado.

Para tanto, isso pode ocorrer de várias formas, como reduzir o alcance de postagens, excluir conteúdos ou até desativar contas. Portanto, essas práticas limitam a capacidade das mulheres negras de alcançar e engajar um público mais amplo, restringindo seu impacto e visibilidade.

Apesar disso, esta militância digital não apenas amplifica vozes que historicamente foram silenciadas, mas também continua a tradição de resistência e produção intelectual de figuras como Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus. Pois, Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus são exemplos de intelectuais negras que, apesar de terem enfrentado tentativas de apagamento de suas obras e ideias, deixaram um legado profundo e duradouro.

Autoras negras como elas influenciaram e continuam influenciando outras pessoas, visto que suas obras fornecem uma base teórica e prática para a compreensão das experiências das mulheres negras. Suas contribuições são fundamentais para a militância contemporânea, fornecendo uma estrutura de análise crítica e uma inspiração para a resistência.

Posto isso, devemos destacar que os algoritmos de plataformas de redes sociais não reproduzem a lógica excludente ao acaso, há um projeto intencional de favorecimento de certos conteúdos em detrimento de outros. Ou seja, esse cenário é apenas mais um aperfeiçoamento do racismo estrutural que cria barreiras adicionais para a disseminação das vozes das mulheres negras.

Entretanto, Apesar desses desafios, ativistas como Naiara Lira e Bárbara Carine têm desenvolvido estratégias inovadoras para amplificar suas vozes e alcançar um público mais amplo. Utilizando hashtags, colaborações e campanhas de engajamento, essas mulheres permanecem tentando driblar as limitações impostas pelos algoritmos e criar redes de apoio e solidariedade; atuando fora das redes com projetos sólidos e usando as redes sociais como ferramentas de divulgação. Ambas utilizam suas plataformas para discutir questões de identidade e empoderamento pessoal, focando na disseminação de conhecimentos filosóficos e políticos, adaptando o conteúdo para torná-lo acessível e relevante para suas audiências.

Enquanto que fora das redes elas promovem ações educacionais e culturais voltadas à valorização da cultura negra, e em específico, desenvolvem projetos pensando na realidade de mulheres negras que são impactadas diariamente pela intersecção de opressões. Podemos afirmar que assim como houve uma tentativa de apagamento das obras de Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus, as plataformas digitais muitas vezes replicam essas lógicas de silenciamento. No entanto, a resistência persiste e mulheres como Naiara Lira e Bárbara Carine, não apenas denunciam essas práticas, mas também constroem novas formas de existir. Fazem isso ao compartilhar suas histórias, conhecimentos e experiências, criando um espaço de confluência, acolhimento e afirmação identitária que desafia as estruturas opressivas.

Portanto, a atuação de mulheres negras na militância digital é uma continuação das lutas históricas travadas por intelectuais como Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus e embora enfrentem desafios significativos, as ativistas digitais negras desenvolvem estratégias inovadoras; e assim como as mulheres que as influenciaram elas não desistem. Uma vez que ao utilizar as plataformas digitais para promover suas lutas e causas, elas não apenas resistem ao silenciamento, mas também transformam o ambiente virtual em um espaço de empoderamento e mudança social.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Samira Pinto. Disputa por Imaginários no Século XXI: A Ascensão da Produção Cultural Negra nas Mídias Digitais. **E-Revista de Estudos Interculturais**, n. 9, Vol. 2, 2021.

DA SILVA, Tarcízio. Visão computacional e racismo algorítmico: branquitude e opacidade no aprendizado de máquina. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. 31, 2020.

DE ALMEIDA, Naiara Gonçalves; PORFÍRIO, Gabriela. A Empregada da Sufragista: discurso, produção cultural e acolhimento em um espetáculo negro feminino. **Voz e Cena**, v. 4, n. 01, p. 126-144, 2023.

DOS PASSOS, Maria Clara Araújo; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018-2020). **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 7, n. 1, p. 118-135, 2021.

FAUSTINO, Gustavo Augusto Assis. # Descolonizando\_saberes: potencialidades de vozes insubmissas de mulheres negras nas ciências. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 13, n. 42, p. 365-368, 2020.

LIMA, Gerbson da Silva et al. O que há entre o real eo digital nas redes sociais? Análise das representações e etnografia digital de adolescentes pretas e pardas da periferia do Recife no Instagram. **Horizontes Antropológicos**, v. 30, n. 68, p. e680408, 2024.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. Edições Sesc SP, 2022.

PEREIRA, Raylane Maria de Sousa. **Estética negra e Instagram: Estudo sobre gênero, identidades, e autoimagem no ambiente virtual**. 2021. Tese de Doutorado. Universidade Estadual do Piauí (UESPI)-Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira-Parnaíba.

PIRES, Eloiza Gurgel. O LEGADO DE LÉLIA GONZALEZ. **Educação & Sociedade**, v. 43, p. e262088, 2022.

# NOVAS FORMAS DE EXISTÊNCIA: AUTODEFINIÇÃO, SUBVERSÃO E IDENTIDADES NEGRAS

Cyntia Barbosa Oliveira<sup>5</sup>

## RESUMO

O presente trabalho se propõe a refletir sobre os processos de construção e afirmação da identidade negra, a partir da análise de dois canais no YouTube: Ana Paula Xongani e Gabi DePretas. Levantando problematizações e potencialidades das sociabilidades digitais ao direcionarmos atenção às mulheres negras, historicamente observadas a partir de imagens de controle que constroem definições estereotipadas e as relegam à condição de marginalização social. Evidenciando ainda os algoritmos da opressão como elementos que reproduzem as discriminações já conhecidas no ambiente digital, direciono o olhar a estratégias de resistência e utilização de tais espaços como ferramentas para construções positivas, autodefinição individual e coletiva e a construção de novas lógicas. Partindo do conteúdo compartilhado pelas youtubers, expressa-se como conclusão que os espaços de sociabilidade digitais podem ser mobilizados em prol de uma coletividade negra, evidenciando que o exposto a partir das youtubers Xongani e DePretas não configura caminhos a serem seguidos como formas de amar a negritude, mas sim, possibilidades.

**Palavras-chave:** Identidade. Mulheres negras. Autodefinição. Algoritmos da opressão.

## 1. INTRODUÇÃO

Discursos de ódio pautados em ideologias racistas compõem, historicamente, a sociedade. Luiz Valério Trindade (2022) enfatiza que em ambientes digitais tais comportamentos podem ser intensificados, isso se dá, segundo o autor, pelas sensações de anonimato que permeiam o digital. Seguindo esta linha, ainda estamos direcionando o olhar as atitudes intencionais e conscientes daqueles que as proferem. A problematização ora proposta ganha robustez a medida que introduzo a ideia de *algoritmos da opressão*,

---

<sup>5</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
E-mail: [cyntibaroli@gmail.com](mailto:cyntibaroli@gmail.com)

conceito mobilizado por Safiya Umoja Noble (2021), para expor os processo de racismo, sexismo, xenofobia, entre outras formas de discriminação que são mobilizadas a partir das programações dos algoritmos. Algoritmos podem ser definidos, de maneira simplificada, como as possibilidades de aprendizado da máquina através da inteligência artificial. Os algoritmos são responsáveis por aprender nossas preferências e reproduzi-las. O que Noble (2021) expõe é que, não apenas preferências individuais são aprendidas e reproduzidas a partir da programação algorítmica, mas também as coletivas.

Outro ponto importante mobilizado pela autora refere-se a não neutralidade nos processos de criação e programação inicial dos mecanismos de inteligência artificial. Além disso, é interessante atentar também que ao navegamos na internet, estamos expostas a uma infinidade de empresas que tem como pretensão final a geração de lucros e, portanto, seu direcionamento e atenção vai se direcionar, em maior medida, aqueles clientes em potencial. Ou seja, muito do que é produzido, compartilhado e chega como forma de anúncios na internet não é pensado para populações marginalizadas.

Direcionando o olhar às mulheres negras, recorro à Lélia Gonzalez (2020), onde a autora expõe ao longo de sua obra o quanto são elas, as mulheres negras, que compõe o extrato mais marginalizado da sociedade. Realidade que não é alterada no ambiente digital, pois Trindade (2022), expressa dados onde mostra que as maiores vítimas de discursos de ódio online são as mulheres negras. A sociabilidade digital, por outro lado, representou possibilidades de acesso à informação, organizações coletivas e aproximações a negritude, no caso de mulheres negras. Surge, assim, o processo de amar a negritude como uma forma de resistência a partir do digital, mas com consequências que vão além dele. A construção positiva da *identidade negra* (Munanga, 2019) é mobilizada através do compartilhamento de vivências em grupos online, do acompanhamento de canais no YouTube, pesquisas sobre a história negra, entre outros.

Atravessadas por diferentes marcadores sociais da diferença, mulheres negras vivenciam a exposição a formas de dominação e discriminação diversas, o que Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) denominam como *relações interseccionais de poder*. Estando sob tais efeitos e sob aquilo que Collins (2019) denomina como *imagens de controle*<sup>6</sup>, construir uma imagem positiva, uma identidade positiva, sobre si mesma é um desafio. É nesse sentido que a autodefinição, como um conceito, explorado por Collins (2019),

---

<sup>6</sup> São definições estereotipadas que incidem sobre as mulheres negras. Em uma perspectiva nacional podemos observar a figura da mãe preta/empregada doméstica e da mulata, amplamente exploradas por Lélia Gonzalez.

refere-se ao processo de avaliar as imagens de controle e perceber que estas compõe visões estereotipadas do que é “ser uma mulher negra”, ao processo de resistir através do amor à negritude (hooks, 2019) e construir de maneira autônoma suas próprias versões.

Nesse sentido, direciono o olhar aos canais das youtubers Ana Paula Xongani e Gabi DePretas, mulheres negras que trabalham em prol de levar outras mulheres negras a constituírem suas identidades de maneira positiva. Exponho como problemática ao recorte aqui estabelecido a seguinte questão: como se desenvolve o processo de afirmação da identidade negra frente aos algoritmos da opressão, enquanto propostas de novas formas de existência? Ao longo deste resumo apresento ainda o percurso metodológico trilhado ao longo do trabalho de dissertação para que tais youtubers fossem as escolhidas como compositoras da pesquisa, breves discussões e considerações finais.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada a partir do acompanhamento dos vídeos das youtubers Ana Paula Xongani e Gabi DePretas ao longo do período em que a pandemia de covid-19 foi considerada emergência de saúde pública de importância internacional - 30 de janeiro de 2020 a 05 de maio de 2023. Tal recorte temporal se justifica por “[...] uma inédita imersão no ciberespaço, que se consolidou como um dos mais poderosos dispositivos de subjetivação e conversão ampliada da vida em uma grande coleção de mercadorias” como apontam Deivison Faustino e Walter Lippold (2023, p. 38).

O processo de definição de quais youtubers teriam seus canais acompanhados ao longo desse período se deu ao longo de uma série de etapas, sendo a primeira delas a busca, através do software YouTube Data Tools, obtendo como canais de análise os de Ana Paula Xongani e Gabi DePretas, pois se expressaram como os mais adequados ao recorte estabelecido. Ao longo do período de acompanhamento dos vídeos direcionei olhar ao conteúdo dos vídeos apenas, não levando em consideração as interações que sucediam a partir deles. É com base nisto que a etnografia de tela foi mobilizada, pois como enfatiza Carmen Rial (2004), tal método de coleta e análise de dados foi desenvolvido para o acompanhamento de conteúdos na televisão, pois tem como uma de suas bases o processo imersivo, caracterizado pelo longo período empregado em acompanhar os programas analisados. Quanto a análise dos dados coletados, Rial (2004) enfatiza que a etnografia de tela mobiliza a análise de discurso:

A análise do discurso é utilizada nas etnografias de tela, mas estas, partindo do método etnográfico, buscam ir além do texto e ao encontro do contexto, das redes complexas em que estes textos se inserem e das quais emergem. Neste sentido, os antropólogos estariam mais propensos a captar os contextos dos textos da mídia (Rial, 2004, p. 15).

Desse modo, a pesquisa expressa-se a partir de uma abordagem qualitativa e tem como instrumento de coleta e análise de dados a etnografia de tela, enfatizando o discurso como algo que está relacionado ao contexto e as mensagens que se deseja compartilhar. Para desenvolvimento da análise duas grandes categorias foram mobilizadas: *autodefinição* e *subversão*. A *autodefinição*, como categoria de análise, pode ser definida como uma estratégia de resistência, uma resistência pautada no amor. Nesta categoria foram reunidos os vídeos onde Xongani e DePretas compartilham suas vivências pessoais, evidenciando quais foram suas trajetórias até amarem suas negritudes. Aqui três subcategorias são mobilizadas: *cabelo*, *maternidade/ancestralidade* e *autoestima*<sup>7</sup>.

A *subversão* pode ser observada como uma consequência da *autodefinição*, visto que tal categoria reúne vídeos onde as youtubers propõem estratégias para que outras mulheres construam imagens sobre si mesmas a partir de suas próprias definições. Assim, a *subversão* compreende, em grande medida, a um processo de construção de novas lógicas (Gonzalez, 2020). Mobilizo aqui três subcategorias, sendo elas: *antirracismo*, *política/informação* e *cultura*<sup>8</sup>.

### 3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Ao mobilizar como um dos eixos norteadores a identidade negra (Munanga, 2019), especialmente de mulheres negras, direcionai o olhar à youtubers negras, trazendo como reflexão um processo de aproximação dos “lugares” onde determinadas identificações individuais são construídas, refletindo ainda sobre a forma de representação nos espaços de sociabilidades digitais (Noble, 2021). Evidenciando ainda que racismo e sexismo não deixam

---

<sup>7</sup> Foram enquadrados 77 vídeos na categoria *autodefinição*, sendo 31 de Xongani e 46 de DePretas. A categoria foi subdividida em três subcategorias: *cabelo*, *maternidade/ancestralidade* e *autoestima*. Assim foram alocados na categoria *cabelo*, 11 e 8 vídeos, 5 e 14 na categoria *maternidade/ancestralidade*, 11 e 24 na de *autoestima* nos canais de Xongani e DePretas, respectivamente.

<sup>8</sup> A categoria *subversão* conta com 105 vídeos, sendo 76 de Xongani e 29 de DePretas. A categoria foi subdividida em três subcategorias: *antirracismo*, *política/informação* e *cultura*. Assim, alocados na categoria *antirracismo*, 23 e 8 vídeos, 30 e 17 na categoria *política/informação*, 23 e 4 na de *cultura* nos canais de Xongani e DePretas, respectivamente.

de existir a partir de inserções na internet, passam por processos de metamorfose e podem ser, ainda, intensificados.

O processo de construção de uma identidade negra e, o amor a negritude se desenvolveram em momentos distintos das trajetórias de Xongani e de DePretas. Enquanto Xongani teve um processo de aproximação de suas histórias ancestrais desde a infância, corroborando o processo de identificação desenvolvido, DePretas compreendeu o que significava ser uma mulher negra ao ingressar o espaço universitário. É nesse sentido que o processo de construir identidades positivas (Munanga, 2019), assim como o “vir a ser” uma mulher negra (Souza, 2021) são processos que estão ligados a desconstrução das imagens de controle (Collins, 2019) construídas sobre (e para) mulheres negras ao longo da história. Tal movimento direciona mulheres negras a construírem perspectivas próprias, que se desvinculam das visões estabelecidas pela supremacia branca.

Mobilizada como conceito, ou como aqui expressa: como categoria, a *autodefinição* é o processo de tornar-se negra, traçar conexões ancestrais, construir autoestima livre de padrões hegemonicamente estabelecidos. Resistências que se expressam a partir de perspectivas positivas, pois como enfatiza Xongani, ser mulher preta é a possibilidade de ser múltipla, de construir novas formas de existência, ou ainda, como pontua Gonzalez (2020), a possibilidade de construir uma nova lógica.

Xongani destaca, ao longo dos vídeos, um processo de aproximação da sua negritude desde a infância, o que reverberou, em grande medida, em sua intenção inicial de compartilhamento de conteúdos online. A youtuber começou sua trajetória direcionando o olhar ao mundo da moda, acreditando, de acordo com ela, que discussões sobre temáticas raciais e de gênero não eram essenciais. Deparou-se com uma ascensão no meio digital e logo descobriu que abordar raça, gênero e vivência negra eram temas necessários, até mesmo requisitados por quem acompanhava seu trabalho, especialmente por ser uma mulher de pele retinta com visibilidade no ambiente digital, ultrapassando, até mesmo, as tendências de invisibilização dos algoritmos.

DePretas, por outro lado, compartilha o processo de *autodefinição*, destacando outras perspectivas com relação à aproximação da identidade negra. Experiência que, assim como a de Xongani, pode ter influenciado em sua proposta inicial do compartilhamento de vídeos: temáticas étnico raciais. Por ter se deparado com discussões aprofundadas sobre o que significava ser uma mulher negra apenas no ambiente universitário, DePretas partiu da

perspectiva de que, assim como ela, muitas pessoas não tinham acesso aos debates sobre raça, racismo, construção positiva de uma identidade negra e normalização das vivências de pessoas negras.

*Subversão*, como uma categoria de análise e, como uma consequência da *autodefinição*, é o processo de trabalho em prol dessas novas lógicas, novas existências. Subverter às lógicas hegemônicas e possibilitar que outras mulheres construam suas próprias autodefinições, trabalhando em conjunto, conhecendo suas histórias e percebendo ainda suas individualidades. Ou seja, a coletividade negra é importante visto que se trata de uma categoria marginalizada, por outro lado, isso não significa que exista necessidade de deixarmos individualidades de lado.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das formas de identificação mobilizadas por Xongani e DePretas, como novas formas de existência, é possível observar que o processo de tornarem-se negras (Souza, 2021), especialmente ao observarmos suas inserções nas sociabilidades digitais, faz com que as youtubers possibilitem que outras mulheres negras construam suas próprias identificações positivas.

Identificações estas que se alteram ao longo de trajetórias, sejam elas individuais ou coletivas. O que as youtubers propõem é a transformação de um espaço de marginalização (seja a sociedade ou a internet) como formas de resistência através do amor as identificações individuais e coletivas. O que proponho, portanto, não é que observemos o trabalho das youtubers como base e/ou definir como devem acontecer os processos de *autodefinição* e *subversão*, mas sim expressar possibilidades.

#### REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: Por uma crítica hacker-fanoniana**. Boitempo Editorial, 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos da opressão: como o Google fomenta e lucra com o racismo**. Santo André: Rua do Sabão, 2021.

RIAL, Carmen. **Antropologia e mídia: breve panorama das teorias de comunicação**. Antropologia em primeira mão, v. 9, n. 74, p. 1 - 32, 2004.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

# ENTRE RITMOS E RESISTÊNCIAS: A ESCRIVIVÊNCIA DE UMA DJ DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Fernanda de Aguiar Zanola<sup>9</sup>

Monica Carvalho Alves Cappelle<sup>10</sup>

## RESUMO

Este estudo explora a Escrivivência de Joana, uma mulher negra que constrói sua carreira como DJ na cidade de Lavras, Minas Gerais. Utilizando a abordagem interseccional de Patrícia Hill Collins, a pesquisa investiga como as opressões e supressões moldam a vida de Joana, que é vista como uma "outsider" ou estrangeira interna em um ambiente dominado por padrões de poder estabelecidos. As entrevistas narrativas semiestruturadas com mulheres negras da região são transformadas em histórias ficcionais para exemplificar as complexas interseções de raça, classe e gênero. A trajetória de Joana no Hip Hop destaca sua resistência às imagens de controle e estereótipos culturais, enquanto busca legitimação e reconhecimento. Sua Escrivivência torna-se um ato de resistência que promove as perspectivas localizadas de mulheres negras, desafiando e desconstruindo estruturas opressivas para transformar as dinâmicas de poder existentes.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade. Escrivivência. Feminismo Negro. Opressão. Estrangeira Interna.

---

<sup>9</sup> Mestre em Administração, estudante de doutorado no campos dos Estudos Organizacionais, com enfoque em interseccionalidade e feminismo negro. E-mail: [fernanda18az@gmail.com](mailto:fernanda18az@gmail.com).

<sup>10</sup> Doutora em Administração, professora Titular do Departamento de Administração e Economia da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Lavras, com efoque no campo dos Estudos Organizacionais E-mail: [edmo@ufla.br](mailto:edmo@ufla.br).

## 1. INTRODUÇÃO

Esse resumo expandido tem como objetivo refletir sobre a Escrivivência de uma mulher negra que desenvolve sua carreira de DJ na cidade de Lavras (MG). A partir da narrativa e memórias que integram a voz narrante e a voz contante produz-se o conhecimento acerca dessa realidade atravessada por opressões e supressões. O delineamento dessa pesquisa busca evitar generalizações e estimular reflexões sobre como relações de poder são constantemente (re)produzidas.

Para tanto, utilizarei ao longo deste estudo a abordagem interseccional de Patrícia Hill Collins (2021). Para a autora, o pensamento é formado por sistemas de opressão que se retroalimentam. Seu paradigma fundamental denota que as opressões não são um tipo fundamental. Na prática acadêmica, auxilia a investigar como as múltiplas relações sociais e as experiências individuais da vida cotidiana são hifenizadas pela diversidade.

Ademais, tem sua fundamentação básica na busca por desvendar e possibilitar mudanças de problemas sociais arraigados. Como discurso, agrupa ideias dispersas para facilitar o compartilhamento de diferentes pontos de vista. Como ideia, fomenta a ação social, favorecendo o entendimento das imbricações entre as necessidades e consequências das mudanças.

Assim, interpreto a interseccionalidade como uma teoria social crítica que busca refletir experiências vividas em meio às opressões e supressões. Para o cenário nacional, influenciado pelos pensamentos do movimento feminista negro, possibilita a redução da supremacia branca e ocidental nas pesquisas e práticas que impactam sociedades. Além disso, integra o ideário de especificidades raciais, étnicas, religiosas e de classe social, reiterando a necessidade de superar visões limitantes acerca da identidade dos sujeitos.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para fomentar as Escrivivências por um lócus regional, racial e cultural, conduzi 12 entrevistas narrativas semiestruturadas com mulheres negras da cidade de Lavras (MG). Após a conclusão, as narrativas foram transformadas em histórias ficcionais, não apenas para exemplificar, mas para traduzir contextos e experiências. Através dos relatos obtidos, emergiu-se a Escrivivência que fundamenta as discussões desse trabalho. A personagem representa as complexas interseções de raça, classe, gênero, entre outros.

Vale destacar que o operador teórico-metodológico da Escrivivência foi desenvolvido por Conceição Evaristo e fundamenta-se por meio de uma livre-produção textual que enfatiza imagens, cenas, gestos, fragmentos textuais, pulsões, histórias, eventos, discursos e elementos que formam a construção de uma biografia (EVARISTO, 2020). Ademais, fornece uma visão particular de relatos da realidade de uma pessoa. Tornando-se uma escrita comprometida e alimentada por experiências, que transcendem a simples coleção de fatos históricos (DUARTE, 2020). Portanto, em sua episteme reflete a experiência, as perspectivas e a letra livre do agente da voz: o corpo negro (EVARISTO, 2020).

### 3. A ESCRIVIVÊNCIA

No universo multifacetado do movimento Hip Hop, emerge a Escrivivência da DJ Joana, uma narrativa singular que ressoa além dos ritmos e batidas da música no cenário nacional, mais especificamente em Lavras (MG). Este contexto, nos guia pela trajetória única de uma mulher negra, protagonista no cenário, cujas experiências permeiam as complexidades de uma manifestação cultural rica e diversificada que incorpora elementos visuais, dança e uma mensagem social e política, profundamente enraizada nas experiências das comunidades periféricas.

*“Ajeitando os vibrantes dreadlocks multicoloridos para começar mais uma apresentação no Rio de Janeiro, Joana organiza narrativas em sua mente, com o propósito de compartilhar sua história, durante entrevista para um noticiário especializado em música, que acontecerá após o show. Ela estrutura em uma ordem cronológica, começando com uma afirmação direta: “Eu tô no Hip Hop! Sou DJ, beatmaker, produtora cultural e sempre fiz acontecer. Sempre gostei do beat, da batida, de tocar e tal. Mas ser eu não é fácil, não... Engenheira, pesquisadora e artista! Tá maluco! De uns tempos pra cá, percebi, mano, que a galera não saca que eu sou formada. E mestre nessa parada de engenheira. Formei com honra ao mérito, tirei total na defesa da minha dissertação.*

*Ser DJ ou MC de onde eu venho é um perreco! Olha pra mim, onde eu cheguei. Eu sempre gostei de música, principalmente da batida, só que não tinha referência. Nem sabia que mulher poderia ser DJ. Principalmente no universo do Rap e Hip Hop, durante a minha infância, eram os homens que se destacavam. As referências que eu descobri eram nos cliques ou nos filmes (...)eu não posso esquecer o que me trouxe aqui foi a militância!*

*Na graduação me envolvi com o movimento estudantil. Ali começou o meu direcionamento, organizava passeata, tomava frente de tudo. Só que chegou um momento da minha vida, que essa militância perdeu o sentido. Percebi que eu estava construindo uma luta pra gente branca e rica que já estavam ali, dominando um espaço, que poucos iguais a mim entravam. De verdade, não tinha quase ninguém parecido comigo. E na real, as minhas demandas não faziam parte do debate.*

*Eu percebi que eu tava ralando demais e não estava atingindo os meus. Comecei a gastar minha energia para fazer uma parada de rua mesmo, da rua para a rua. Eu rompi a militância política, que era excludente na minha visão, e continuei de outra forma. Fez mais sentido atuar assim (...) fazer esse movimento de romper com o padrão e olhar pra rua fez eu me envolver mais com a galera. Parece que o problema é apenas local, mas tem outros fatores. Dá pra ver na minha cara a barreira que eu construo por ser quem eu sou. Eu sou preta, pobre, mulher e DJ. Tatuada, com cabelo colorido, só gosto de roupa da hora. Se eu fosse branca e não mexesse com Rap eu conseguiria tocar. Tem muita mina que fez o nome aqui em Lavras, mas diferente de mim elas não tem o peso de lidar com esse tanto de entrave. Falta muito ainda. Mas principalmente referência. Arte pode mudar a vida de muita gente, mas sem uma estrutura vira só uma forma de iludir.”*

#### 4. ANÁLISE INTERSECCIONAL DA ESCRIVIVÊNCIA

Para compreender o debate sob uma perspectiva feminista negra e interseccional recorro inicialmente conceito de *insider*, bem como seu oposto *outsider*<sup>11</sup>, proposto por Patrícia Hill Collins (1986; 2016). Os *insiders* são aqueles que compartilham visões, educação e treinamento profissional similares, e geralmente têm semelhanças em termos de classe social, gênero e origem racial, o que resulta em experiências próximas. Além de compartilharem vivências, essas pessoas também partilham concepções congruentes sobre o funcionamento ideal da sociedade. O termo oposto, ou seja, *outsiders*, refere-se às experiências de grupos subalternizados, especialmente às mulheres negras, que ocupam posições ambíguas em sociedades dominadas pelo poder do grupo majoritário (COLLINS, 2016).

---

<sup>11</sup> Optei por não traduzir os termos *outsider* e *insider*, presentes na versão original do artigo seminal de Patrícia Hill Collins, devido à sua ampla familiaridade e uso consagrado em português. Além disso, não identifiquei uma única palavra adequada para substituir esses substantivos. Assim, ao longo do texto os termos originais utilizados no artigo serão mantidos (COLLINS, 2016).

Joana é percebida como uma *outsider* ou "estrangeira" devido a pressupostos, dinâmicas de poder e padrões já estabelecidos no contexto, que permeiam sua trajetória no Hip Hop. Esse status se funda, mesmo a DJ interagindo localmente com a realidade que a envolve. Apesar de ter nascido, estudado e construído parte de sua carreira na referida localidade, Joana não é reconhecida nem legitimada. Sua carreira não é compreendida, e são reforçadas dualidades que a excluem do reconhecimento como uma mulher negra representante do movimento Rap na região, apesar de sua atuação constante.

Segundo Collins (2016), essa relação ambígua é denominada *outsider within* (ou "estrangeira interna", como busquei traduzir em Zanola (2023)). Esse termo é empregado para examinar as vivências de grupos menos poderosos que desafiam as perspectivas paradigmáticas de uma comunidade mais influente de *insiders*. Essa expressão propõe uma dualidade na qual sujeitos se encontram simultaneamente dentro e fora constituindo-se como membros da sociedade, mas permanecendo à margem do círculo dominante (ZANOLA, 2023).

Ao assumir a posição de "outro" – ou, no caso desta Escrivivência, a "outra", a realidade de Joana é moldada por expectativas e predefinições alheias, sendo nomeada conforme a definição atribuída por terceiros. Delineada por perspectivas que enraízam-se em uma estrutura patriarcal, branca e masculina (HOOKS, 2019; KILOMBA, 2020).

Joana enfrenta e desafia essas imagens de controle, estereótipos e representações culturais utilizados para subordinar e marginalizar grupos específicos, especialmente mulheres negras (BREWER; COLLINS, 1992). A sua resistência se revela na busca por uma voz própria, que ressoa demandas do campo individual, mas também coletivo. Em sua Escrivivência, destacam-se práticas para contribuir com a quebra da criação e manutenção de hierarquias sociais fundamentadas em raça e gênero (BREWER; COLLINS, 1992). Além disso, contestam sistemas de opressão e promovem o empoderamento de diversos sujeitos (SEVERO, 2022). Fomentam diálogos, mobilizam comunidades e desafiam narrativas predominantes, contribuindo para a visibilidade e o reconhecimento das amplas experiências e lutas (ARYA, 2012).

Nesse contexto, o discurso permite que a individualidade floresça coletivamente, em vez de ser reprimida pela atividade grupal ou ser reduzida à especialização (BREWER; COLLINS, 1992). Logo, relembro a mensagem de Sojourner Truth e de outras mulheres negras que, ao serem confrontadas com opressões e supressões que as retratam como

inferiores, desvalorizadas e não femininas, questionando assertivamente: “Por acaso não sou mulher?”. Então, ao desconstruir e questionar o aparato conceitual dominante são desafiadas concepções, que sustentam diferenciações nos diversos âmbitos sociais (BREWER; COLLINS, 1992).

Construir essa representatividade permite que Joana se insira na realidade em que atua e conteste as contradições que a separam do estereótipo que os outros impõem. Reconhecida como uma "estrangeira interna", ameaça a ordem moral e social. Assim, fundamenta ações que estimulam singularidades e a sobrevivência da sociedade, porque sujeitos que estão à margem são os que explicitam os seus limites. Assim, por não pertencer, colocam em evidência o significado do pertencimento (BREWER; COLLINS, 1992).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória revela a complexidade de ser uma estrangeira interna em um ambiente dominado por padrões de poder que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros. Sua luta por reconhecimento e legitimidade exemplifica as dificuldades enfrentadas por muitas mulheres negras em diferentes contextos sociais e profissionais. A Escrivência de Joana não é apenas um ato de resistência individual, mas também um movimento coletivo que desafia e desconstrói estruturas opressivas. A importância da sua narrativa reside justamente em utilizar sua posição de sujeito para expressar experiências subalternizadas, promovendo um espaço onde as histórias e lutas de mulheres negras possam ser ouvidas e valorizadas. Ao compartilhar, Joana e outras mulheres como nós não apenas afirmam sua existência, mas também contestam e transformam as dinâmicas de poder que buscam silenciá-las.

## REFERÊNCIAS

ARYA, R. Black feminism in the academy. **Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal**, v. 31, n. 5/6, p. 556–572, 2012.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 99–127, 2016.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2021.

DUARTE, E. de A. Escrivência, Quilombismo e a tradição da escrita afrodiaspórica. **Escrivência: a escrita de nós—Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de

**Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.**

EVARISTO, C. A escrituragem e seus subtextos. **Escrituragem: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**, p. 26–47, 2020.

HOOKS, B. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. [s.l.] Editora Elefante, 2019.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. [s.l.] Editora Cobogó, 2020.

SEVERO, R. Performance Leite Derramado: desafiando as imagens de controle. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, v. 12, 2022.

ZANOLA, F. de A. Escrituragem: The Exhausting Process of Being an Outsider within a Postgraduate Administration Program. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, p. e220354, 2023.

# REFLEXÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA COMO MULHER NEGRA

Gabriella Marcondes do Amaral<sup>12</sup>

Maria Inez Barboza Marques<sup>13</sup>

## RESUMO

Apesar da existência de Políticas afirmativas, o Ensino Superior brasileiro ainda representa um espaço socialmente privilegiado. Para abordar essa temática, o texto busca contribuições do feminismo negro para problematizar como a interseccionalidade atravessa o contexto do Ensino Superior. Por esse ângulo, tem como objetivo realizar discussões sobre as intersecções entre gênero, raça e classe na (des)ocupação de espaços socialmente privilegiados, como é o caso das universidades, a partir da experiência própria como mulher negra nesse contexto. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica por meio de artigos científicos, livros e sites especializados. Os resultados evidenciaram que a presença das mulheres negras nas universidades é crucial para alavancar a mobilização política que articula a dimensão da raça em sua pauta.

**Palavras-Chave:** Escrivência; Ensino Superior; Interseccionalidade; Feminismo Negro.

---

<sup>12</sup> Acadêmica do Programa de Mestrado Interdisciplinar, Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Unespar/Campo Mourão. Membro do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas da Unespar.

<sup>13</sup> Docente do Curso de Serviço Social na Unespar/Campus Paranavaí e do Programa de Mestrado Interdisciplinar, Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Unespar/Campo Mourão. Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas da Unespar. Membro do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (orientadora).

## 1. INTRODUÇÃO

A partir da inserção e permanência por cinco anos em uma Universidade Privada enquanto mulher, negra, acadêmica bolsista de programa social, inúmeros questionamentos se levantaram acerca da ocupação do ensino superior enquanto lugar privilegiado de acesso ao conhecimento científico e de discussões sociais e políticas fundamentais ao processo de formação profissional.

No entanto, foi a partir da experiência enquanto docente neste contexto, que o desejo e anseio por estudos transversais se incorporaram, na medida em que houve a compreensão da práxis profissional indissociavelmente ligada ao posicionamento ético político, comprometido com uma sociedade mais justa e igualitária, portanto, pautado na compreensão da interseccionalidade para enfrentamento ao classicismo, racismo e sexismo.

A partir dessa escrevivência, escrita atravessada pela condição de mulher negra na sociedade brasileira (Evaristo, 2017 apud Drey e Paz, 2020), este trabalho tem por objetivo, propor discussões sobre as intersecções entre gênero, raça e classe na (des)ocupação de espaços socialmente privilegiados, como é o caso das universidades. Para isso, utilizamos pesquisa bibliográfica e o feminismo negro como método de abordagem.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

O texto foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica, por meio de artigos científicos, livros e sites especializados. Como método de pesquisa, foi utilizada a perspectiva feminista negra. Vale ressaltar também, que o trabalho é um fragmento da proposta da dissertação do mestrado no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Unespar/Campo Mourão, que tem como objeto de estudo: as intersecções de gênero, raça e classe no trabalho docente no Ensino Superior nas universidades no município de Umuarama/PR.

## 3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A fim de contextualizar as discussões propostas, considera-se a conjuntura social

neoliberal em que se destaca a divisão de classes como determinante social de oportunidades de acesso, ocupação e ascensão a espaços socialmente privilegiados. Neste contexto, deparamo-nos com o cenário brasileiro, drasticamente desigual em relação à classe social, ao gênero e à raça das pessoas que ocupam a maior parte de determinadas atividades (mal) remuneradas.

Diferentes autoras(es) contribuem com as discussões sobre o mundo do trabalho e a questão de gênero, afirmando que na atual composição da classe trabalhadora presencia-se, aumento significativo do trabalho feminino, que tem sido absorvido pelo capital, principalmente em atividades precarizadas e desregulamentadas (Mazzeti, Wedig e Oliveira, 2020). No entanto, quanto à dimensão salarial, esta expansão do trabalho feminino tem significado inverso, pois a desigualdade salarial, o acesso aos direitos e (boas) condições de trabalho das mulheres contradizem essa crescente participação no mercado de trabalho, sendo significativamente menores ou inexistentes (Kaiser, 2023).

Ao relacionar esses aspectos com o contexto acadêmico e de formação profissional, destaca-se o trabalho realizado por Santos, Matos e França (2020), que relatam o fato de as mulheres serem o maior público nas estatísticas de ingressos, matrículas e conclusões de cursos superiores de graduação (INEP, 2018 apud Santos, Matos e França, 2020), e diante disso, discutem sobre a expectativa de que estas estejam em maioria nos cargos de docência das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Vale ressaltar que na carreira docente do Ensino Superior, quanto maior o nível de escolarização, maior a remuneração e, conseqüentemente, maior o prestígio social atribuído à profissão (Santos, Matos e França, 2020; Ferreira, Teixeira, Ferreira, 2022).

Entretanto, índices do último censo demográfico (IBGE, 2022) demonstram que mesmo o maior grau de escolaridade das mulheres não é suficiente para equilibrar sua situação em relação aos homens, sendo estes os que mais ocupam vagas no mercado de trabalho, independente do grau de instrução.

Soma-se a esses atravessamentos sociais de classe e gênero, o fato de a sociedade brasileira ser marcada pela ausência e invisibilidade de pessoas negras em espaços sociais de prestígio, fato que decorre do processo histórico de desigualdade, hierarquização e escravização que violaram a concepção de pessoas negras enquanto cidadãos (Gonçalves, 2018 apud Santos, Matos e França, 2020).

Tal situação se reafirma pelos índices de totalidade da população preta e parda

(portanto, negra) do país que somam 56,1% (IBGE, 2023) em comparação ao índice de ocupação de vagas de trabalho por raça e cor (IBGE, 2022), que demonstra o quanto a presença de pessoas negras é mais acentuada em atividades como Agropecuária (59,5%), Construção (66,2%) e Serviços domésticos (66,8%), justamente as que em sua maioria são ocupadas por mulheres e que possuem rendimentos inferiores à média, ou seja, baixo prestígio social (Próni e Gomes, 2015).

Almeida (2019), disserta sobre racismo estrutural, afirmando que em uma sociedade em que o racismo é regra e não exceção, a desigualdade racial facilmente se naturaliza, incidindo na (re)produção de práticas racistas que, nas palavras de Gonzales (2020), se concretizam em diferentes processos de discriminação.

Neste sentido, há que se considerar os reflexos deste histórico na educação brasileira que durante muito tempo não permitiu a presença de pessoas negras nas escolas e universidades, favorecendo a naturalização da ausência desses sujeitos nos espaços educativos. E diante disso, o posicionamento militante dos movimentos sociais e do contexto acadêmico-científico representa uma luta árdua, contínua e um papel imprescindível, pois, conforme Clemente e Clemente (2023), as universidades brasileiras não foram criadas para estudantes e docentes negras e indígenas. “[...] Falar de raça na docência superior em nosso país, precisa partir do ponto que a educação foi pensada para uma raça distinta, e não foi a negra” (Santos, Matos e França, 2020, p. 9).

Assim, evidencia-se o que Santos, Matos e França (2020) discorrem sobre o perfil da docência no ensino superior que revela essa estruturação socio-historicamente desigual e representa os ideais de uma sociedade racista e patriarcal, reforçando a hierarquização de poder e dominação que não contempla mulheres e, tampouco, pessoas negras em espaços de prestígio, ainda que estas sejam maioria da população brasileira.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Justifica-se assim, a imprescindibilidade de produções que incorporem a centralidade das interseccionalidades nos estudos sobre a realidade social do nosso país e contribuam com as pesquisas sobre formação humana, considerando os atravessamentos de gênero, raça e classe, assim como defendido por Akotirene (2019) ao discorrer sobre o enfrentamento à sobreposição das condições estruturais como o machismo, racismo e classicismo que atingem e criam encargos singulares às mulheres negras.

Do mesmo modo, se reafirma a imprescindibilidade de enegrecer o feminismo, reconhecendo o viés interseccional das injustiças vivenciadas por mulheres negras no contexto social brasileiro, colonial, racista, patriarcal e capitalista (Carneiro, 2003). Além de chamar a atenção para a relevância dessas discussões no campo teórico-científico para a ampliação das oportunidades e possibilidade do que Davis (2016) chamou de progresso intelectual, que também pode se traduzir em estratégia de desconstrução de formas de pensar e agir socialmente naturalizadas, construção de pensamento crítico, ético, político de compreensão e luta contra o racismo e suas múltiplas ramificações.

Ao tecer as considerações finais, é importante ressaltar, de acordo com Rios (2017), a potência de escrituras de feministas negras, que ilustraram a importância da trajetória e da presença das mulheres negras nas universidades como crucial para alavancar a militância e a mobilização política que articula a dimensão da raça em relação à ocupação de espaços socialmente privilegiados. Ou, como afirma Xavier (2022), para dar visibilidade e fortalecer as suas próprias narrativas, relacionando-as ao ato de restituir humanidades negadas, em referência ao apagamento histórico e aos vetos de direitos sofridos pela população negra no país.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p.

CLEMENTE, Flávia da Silva; CLEMENTE, Márcia da Silva. Racismo e sexismo em Instituições de Ensino Superior: experiências de docentes negras na gestão acadêmica. **Estudos Universitários: revista de cultura**, v. 40, n. 1, Recife, jan./jun. 2023. p. 170-196 Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosuniversitarios/article/view/258235> <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosuniversitarios/article/view/258235>. Acesso em: 04 jan. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DREY, Leticia Gabriele; PAZ, Demétrio Alves. **Escrituras: A violência física no corpo**

negro feminino em Conceição Evaristo. In: FERREIRA, Rosineia da Silva; RAMOS, Celiomar Porfírio (orgs.). **Reflexões sobre as escrituras de Conceição Evaristo**. 1.ed. Curitiba, PR: Bagai, 2020.

FERREIRA, Edimara Maria; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano; FERREIRA, Marco Aurelio Marques. Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 2, Florianópolis, maio-ago. 2022. p. 303-315. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/84603>. Acesso em: 11 jun. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar. 2020.

IBGE. **Censo demográfico 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=37665>. Acesso em: 01 jul. 2024.

KAISER, Juliana Rodrigues. **Diversidade, exclusão (e inclusão) de gênero e raça no mercado de trabalho Brasileiro**. 2023. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2023.

MAZZETTI, Antônio Carlos; WEDIG, Josiane Carine; OLIVEIRA, Marlize Rubin. Interseccionalidade de gênero, raça e classe: uma análise da Educação Superior no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 28, n. 4, out./dez, 2020. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa>. Acesso em: 04 jan. 2024.

PRONI, Marcelo Weishaupt; GOMES, Darcilene Claudio. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 137-151, set-dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/108928>. Acesso em: 10 abr. 2024.

RIOS, Flavia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras da ditadura militar à democracia. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lucia. (org.) **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: EDUSP, 2017. Disponível em: <https://ppgdc.uff.br/wp-content/uploads/sites/681/2023/04/ementa-mulheres-e-lutas-por-direitos.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SANTOS, Israel Jairo; MATOS, Patrícia Modesto; FRANÇA, Dalila Xavier de. A Raça e o Gênero na Docência do Ensino Superior. In: **Anais Educon**, São Cristóvão/SE, v. 14, n. 10, 2020, p. 1-18. Disponível em:

[http://anais.educonse.com.br/2020/a\\_raca\\_e\\_o\\_genero\\_na\\_docencia\\_do\\_ensino\\_superior\\_r ace\\_and\\_gender.pdf](http://anais.educonse.com.br/2020/a_raca_e_o_genero_na_docencia_do_ensino_superior_r ace_and_gender.pdf). Acesso em: 04 jan. 2024.

XAVIER, Giovana. História Intelectual de Mulheres Negras: um novo “território existencial” historiográfico. **Revista História Hoje**, v. 11, nº 22, p. 349-365, 2022. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/849>. Acesso em: 10 jul. 2024.

# MUSICALIZAÇÃO COM VIOLÃO PARA DESENVOLVER VIVÊNCIA MUSICAL FEMINISTA E ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA NETNOGRAFIA NO TIKTOK

Juliana Marques de Oliveira<sup>14</sup>

Tereza Fernandes<sup>15</sup>

## RESUMO

A Pesquisa de Mestrado em Educação em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), tem como objetivo compreender de que maneira vídeos com propostas de musicalização para crianças, com o uso do violão, disponibilizados na plataforma TikTok podem contribuir para a vivência musical feminista e antirracista na primeira etapa da educação básica, visando refletir sobre as apropriações para as práticas pedagógicas cotidianas. A metodologia que a pesquisa lança mão é a netnografia, “ela usa comunicações mediadas por computador como fontes de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal” (Kozinets, 2014, p. 61, 62). Os resultados parciais da pesquisa apontam as potencialidades do uso das tecnologias digitais, em especial as redes sociais como o TikTok, para conhecer propostas educativas e vivências musicais importantes para o desenvolvimento de uma educação voltada aos letramentos feministas e antirracistas com crianças da educação básica.

---

<sup>14</sup>Mestranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Especialista em: Educação Infantil, Alfabetização e Letramento; Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (FABEC). Licenciada em Pedagogia pelo Instituto Aphoniano de Ensino Superior (IAESUP). Membro do Grupo de Pesquisa: Organização Escolar, Formação e Prática Pedagógica. Professora da Rede Pública Estadual de Mato Grosso, lotada em Barra do Garças na Escola Estadual Jose Angelo dos Santos.

<sup>15</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com doutoramento sanduiche pela Universidade Aberta (UAb) Portugal. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro dos grupos de pesquisa Laboratório de Estudos sobre Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação (LêTECE/UFMT) e Docência e Cibercultura (GpDOC/UFRRJ).

**Palavras-chave:** Educação Feminista e Antirracista. Tecnologias Digitais. TikTok. Musicalização com Violão.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pesquisa Musicalização com Violão para Desenvolver Vivência Musical Feminista e Antirracista na Primeira Etapa da Educação Básica: uma Netnografia no TikTok tem como objetivo mapear perfis de educadores/as brasileiros na rede social TikTok que trabalham musicalização com violão para crianças da primeira etapa da educação básica e selecionar para análise aqueles que contribuem com propostas pedagógicas feministas e antirracistas.

Os objetivos específicos do estudo são: elaborar uma tabela-síntese com os dados dos vídeos levantados no TikTok; fazer a seleção dos vídeos com propostas que versem sobre educação feminista e antirracista para crianças e atendam os critérios estabelecidos; analisar os vídeos selecionados observando nas propostas educativas que eles veiculam; com base no resultado das análises dos vídeos selecionados identificar letramentos feministas e antirracistas para crianças; construir um referencial teórico com/sobre letramentos feministas e antirracistas para crianças; elaborar uma proposta autoral de musicalização com o violão que possa contribuir para a mobilização e apropriação de letramentos feministas e antirracistas para crianças da educação básica.

A pesquisa bibliográfica e no campo on-line fornecem subsídios para respondermos a questão de pesquisa que consiste em: a musicalização com o uso do violão no TikTok pode contribuir para apropriações literárias antirracistas por crianças da primeira etapa da educação básica?

O referencial teórico tem como base as relações de apropriação e produção com tecnologias digitais na cibercultura, em especial na rede social TikTok, que tem tomado grande proporção e perspectivas de mudanças culturais na vida das pessoas que acessam, produzem conteúdo, pesquisam e aprendem com e sobre esses ambientes digitais no ciberespaço. Para Santos (2014) ciberespaço “[...] é a internet habitada por seres humanos, que produzem, se autorizam e constituem comunidades e redes sociais por e com as mediações das tecnologias digitais em rede” (Santos, 2014, p. 30).

Os sujeitos sociais que vivenciam a cibercultura, uma cultura permeada pelo uso do digital em rede, são considerados por Michel de Certeau (2009) como praticantes culturais, que “compartilham e interpretam o mundo de acordo com sua cultura, seus sentimentos e

suas práticas sociais, [...] as quais influenciam os seus modos de uso, as apropriações das tecnologias digitais em rede e a mudança de mentalidades” (Silva; Souza, 2021, p.163).

As análises serão realizadas com e por meio das narrativas produzidas pelos praticantes culturais da pesquisa. Josso (2004), afirma que trabalhar com narrativas de vida possibilita, explicitar as singularidades, vislumbrar o universal e perceber o caráter processual da formação e da vida de nós mesmo e do outro. Isso ocorre num jogo de articulação de espaços, tempos e nas diferentes dimensões de nós mesmos em processo formativo.

## 1. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia do estudo é a netnografia, uma metodologia de pesquisa qualitativa voltada para ambientes digitais, se adapta às características do ambiente on-line para estudar culturas e comunidades, reconhecendo a importância das interações sociais e utilizando uma combinação de fontes de dados para melhor compreensão. Na contemporaneidade, segundo Kozinets (2014), não é levada em consideração apenas as interações sociais no mundo virtual como sendo algo cultural na vida das pessoas, mas também, analisando dentro de um contexto as comunidades on-line, sendo necessário analisar o comportamento do praticante e suas inter-relações no ciberespaço.

A netnografia parte do referencial teórico-metodológico básico da etnografia clássica com a utilização de artefatos digitais. O aspecto distintivo reside na mediação proporcionada por tecnologias digitais, que enriquece a comunicação, o processo formativo e a análise semiótica. “[...] a etnografia clássica necessita de interação física, face-a-face entre pesquisador e sujeito, enquanto a netnografia não necessita desse procedimento, uma vez que as questões presencialidade, temporalidade, são reelaboradas pelo ciberespaço” (Nascimento, 2023, p.106).

Kozinets (2014) afirma que a netnografia se divide em comunidade on-line e pesquisa on-line em comunidades, a primeira abordagem concentra-se em processos que mantêm uma relação intrínseca com as comunidades digitais e a segunda na cultura que emerge dentro desse ambiente destacando-se na área da netnografia. Por contraste, reconhece que uma compreensão mais completa de um determinado fenômeno cultural pode ser alcançada ao expandir o escopo da investigação para incorporar as interações presentes nas comunidades virtuais.

O campo da pesquisa on-line, nesse estudo, é a rede social TikTok, no qual é realizado o levantamento de perfis de educadores brasileiros que fazem uso da musicalização com violão voltado para educação feminista e antirracista para crianças da primeira etapa da educação básica. “A netnografia, portanto, segue seis passos da etnografia: planejamento do estudo, entrada no campo, coleta de dados, interpretação, garantia de padrões éticos e representação da pesquisa” (Kozinets, 2014, p. 62).

Para o planejamento do estudo as narrativas de si da primeira autora, pela mediação da orientadora, foi mostrando as relações da história de vida e formação com o objeto de estudo. A conversa teve como disparador um vídeo autoral, tocando violão, produzido e publicado na rede social Instagram, com um olhar atento às práticas cotidianas e escuta sensível para a educação de crianças. A entrada no campo se deu a partir do acompanhamento de perfis de educadores brasileiros que apresentam propostas de musicalização com violão no TikTok.

Os demais passos da netnografia, como a garantia de padrões éticos serão observados, neste caso, como os dados disponibilizados na rede social TikTok são públicos, não houve a submissão do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da universidade, pois se trata de produção de dados em comunidades públicas, ou seja, estão disponíveis ao alcance de qualquer pessoa que acesse aquela rede.

## 2. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Com a realização da netnografia localizamos 141 perfis que faziam relação entre a musicalização e a educação de crianças. No primeiro levantamento, selecionamos apenas perfis com dois ou mais vídeos, em língua portuguesa, que se concentrassem exclusivamente em musicalização e educação, destinados à formação de leitores, à aprendizagem em consonância com a música, à prática pedagógica e/ou à formação de professores.

Após assistir aos vídeos e observar as propostas dos perfis, selecionamos 23 perfis, que correspondessem aos critérios estabelecidos no estudo. Após o registro dos 23 perfis selecionados, salvos em arquivo no computador, no WhatsApp e na própria aba de salvos do TikTok, realizamos a análise dos aspectos declarados pelo administrador do perfil, a quantidade de vídeos publicados e a apreciação dos vídeos.

Observamos que os perfis selecionados trabalhavam com múltiplas linguagens e habilidades na educação através da musicalização com violão. Entre os 23 perfis, selecionamos dois para análise neste estudo, por apresentarem inspirações às propostas

pedagógicas literária antirracista. Apresentamos os perfis selecionados no Quadro 1, com a descrição declarada pelo autor do perfil, a quantidade de vídeos postados, quantas pessoas o perfil segue, as estatísticas, o ano de inscrição do perfil, a quantidade de seguidores e curtidas. Adicionamos, também, o endereço do TikTok e as outras redes sociais informadas pelos administradores dos perfis.

Entre os 23 perfis, selecionamos dois para análise neste estudo, por apresentarem inspirações às propostas pedagógicas antirracistas, foi levantado dados a descrição declarada pelo autor do perfil, a quantidade de vídeos postados, quantas pessoas o perfil segue, as estatísticas, o ano de inscrição do perfil, a quantidade de seguidores e curtidas. Adicionamos, também, o endereço do TikTok e as outras redes sociais informadas pelos administradores dos perfis.

O vídeo do musicista Allan Pevirguladez, intitulado Música Popular Brasileira Infantil Antirracista (MPBIA), disponibilizado no TikTok, foi o disparador para refinarmos a seleção de vídeos com musicalização antirracista para crianças, pois a educação antirracista segundo Soares (2021) é uma perspectiva educacional e política, o foco são as propostas pedagógicas que envolvem o combate direto ao fenômeno do racismo. O levantamento será estendido para vídeos com propostas de musicalização feministas para crianças para atingirmos o objetivo proposto no estudo.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo foi possível lançar um olhar sobre o processo de pesquisa realizado e tecer reflexões acerca do tema e a sua contribuição na sociedade contemporânea, pensando uma educação feminista e antirracista, é possível vislumbrar um trabalho de forma lúdica na educação básica.

Com a netnografia fazemos imersão na e em rede, nesse sentido, as pessoas vão se tornando participantes de uma comunidade e/ou de uma cultura on-line, se tornam praticantes culturais que mobilizam conhecimentos, se apropriam de novos modos de consumir e produzir narrativas e discursos com o uso de tecnologias digitais.

O fortalecimento da identidade da mulher negra que sente a necessidade da ampliação do debate das relações raciais, bem como necessidade de aprofundar estudos acerca das questões feministas, aliados à prática da música com as crianças na escola nos mobiliza como

educadoras para a busca de propostas que possam inspirar outras educadoras a desenvolverem educação feminista e antirracista em suas escolas.

## REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 16 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

JOSSO, Marie Cristiane. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Tradução: Daniel Bueno. Revisão técnica: Tatiana Melani Tosi, Raúl Ranauro Javales Júnior. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Penso, 2014.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **História preta das coisas: 50 Invenções científico-tecnológicas de pessoas negras. Culturas, direitos humanos e diversidades na educação em ciências**, vol 1. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2021.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Edméa. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Portugal: *Whitebooks*, 2014.

SILVA, Iracema Cristina Fernandes da. SOUZA, Terezinha Fernandes Martins de. Narrativas de Estudantes EaD em Blog e Apropriação de Letramentos Digitais. 2 **Educação em Análise**. Londrina, v.6, n.1, p.159-178, JAN./JUL., 2021.

# DISCURSOS DE ÓDIO E O JULGAMENTO DAS MULHERES NEGRAS NAS REDES SOCIAIS<sup>16</sup>

Layla Thais da Silva Ferreira<sup>17</sup>

## RESUMO

O trabalho “Discursos de ódio e o Julgamento das mulheres negras nas redes sociais” tem como objetivo analisar o impacto da discriminação interseccional de raça e gênero vivenciada pelas mulheres negras no meio virtual. Sobre a metodologia, trata-se de uma pesquisa quanti/qualitativa descritiva com estudos dos dados sobre a tipologia dos insultos raciais na internet e as principais vítimas, disponíveis no “Relatório das Condenações Judiciais em 2ª instância até o ano de 2022”, além disso, foram feitas pesquisas em sites como Uol, Marie Claire, Terra.com e Mundo Negro, a fim de analisar os impactos e os ataques gerados da trajetória de Karol Conká e Leidy Elin, duas mulheres negras participantes do Reality Show Big Brother Brasil. Diante disso, concluímos que, por conta da intersecção do racismo com o machismo e a misoginia, as mulheres negras acabam sendo as principais vítimas dos insultos e ataques de ódio proferidos nas redes sociais, sendo necessário uma maior segurança no mundo virtual. Ademais, destacamos que, quando esses discursos ocorrem por conta de “erros” cometidos por essas mulheres, o “tribunal da internet” acaba não dando segundas chances.

**Palavras-chave:** Mulheres negras. Mídias Sociais. Discurso de ódio.

---

<sup>16</sup> Esse trabalho contou com a orientação da Prof. Dr. Cidinalva Silva Câmara Neris, professora e pesquisadora na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: cidinalva.camara@ufma.br

<sup>17</sup>Graduanda em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (UFMA), e-mail: layla.thais@discente.ufma.br

## 1. INTRODUÇÃO

Entende-se por discurso de ódio uma violência verbal, caracterizada por proferir ofensas dirigidas a determinado grupo social em razão da sua orientação sexual, gênero, raça, religiosidade entre outros. O mesmo que muitas vezes tende a ser defendido pelos seus percursores como “liberdade de expressão”, na verdade, fere os direitos de determinados indivíduos na medida em que atingem a dignidade desses grupos discriminados. No contexto atual, é no ramo digital que esses discursos tendem a aparecer com maiores frequência. Considerando que, ainda hoje, nomeia-se a internet como “terra de ninguém”, pelo fato desta ser um ambiente onde as leis parecem se dissipar e o estabelecimento de fronteiras difíceis para serem definidos, é justamente através das redes que os criminosos se sentem seguros para incitar o ódio.

Entre aqueles que costumam ser atacados com maior frequência nas redes sociais, está a população negra. Fato que pode ser explicado por conta do racismo presente estruturalmente na sociedade brasileira. Esse racismo, responsável por estabelecer uma hierarquia entre os indivíduos e fundamentar a ideia de raça criada desde o período colonial e que se deu devida à suposta superioridade aos brancos, faz com que, até os dias atuais, exista aqueles que não se consideram racistas, no entanto, semeiam ódio e falas discriminatórias a pessoas, simplesmente por sua cor, cabelo, traços físicos ou tudo aquilo que caracterize alguém como negro/a. Com base nisso, o presente trabalho irá pautar sobre os ataques destinados a um grupo específico: as mulheres negras.

Levando em consideração que o Brasil, além de ser extremamente racista é também machista, buscaremos analisar o impacto da discriminação interseccional de raça e gênero vivenciada pelas mulheres negras nas redes sociais, fato que faz com que as mesmas sejam as mais atacadas por discursos de ódio de caráter racista no mundo virtual. Para além disso, destacaremos peso de um comportamento considerado errado, quando cometido por essas mulheres, e o julgamento destinado a elas na internet, através da análise da trajetória de duas mulheres negras (Karol Conká e Leidy Elin) participantes do reality show Big Brother Brasil nos anos de 2021 e 2024 respectivamente. Sendo assim, o trabalho será desenvolvido através dos conceitos de Interseccionalidade (AKOTIRENE), Racismo (MOURA), Dororidade

(PIEIDADE) e Misoginia, para assim compreendermos a extensão desses ataques e as mazelas causadas a essas mulheres que possuem suas dignidades e direitos afetados a todo momento.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida por meio de metodologia quanti/qualitativa descritiva com estudo de dados do “Relatório das Condenações Judiciais em 2 instância até o ano de 2022”, realizado pela Faculdade Baiana de Direito e o Jusbrasil, onde apresenta gráficos que destacam a tipologia dos insultos racistas nas redes sociais de acordo com o gênero da vítima e do agressor; a rede social mais utilizada; as principais vítimas; a frequência dos insultos; etc. Nesse sentido, para o trabalho em questão optamos por examinar os dados obtidos sobre a “tipologia dos insultos” e “as principais vítimas” a fim de sondar a relação existente entre raça e gênero através desses gráficos.

Além disso, com o intuito de perceber o peso existente sobre “errar” na vida das mulheres negras e o julgamento permitido a elas na internet, por meio de pesquisas em sites como Uol, Marie Claire, Terra.com e Mundo Negro, foram feitas análises sobre o impacto da trajetória de Karol Conká e Leidy Elin, duas mulheres negras participantes do Reality Show Big Brother Brasil. Desse modo, através dos estudos dos dados disponíveis no relatório, a pesquisa nos sites midiáticos e a leitura das fontes que dão embasamento para esse trabalho buscaremos discutir sobre a dimensão do discurso de ódio e os julgamentos atrelados as mulheres negras nas redes sociais.

## 3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

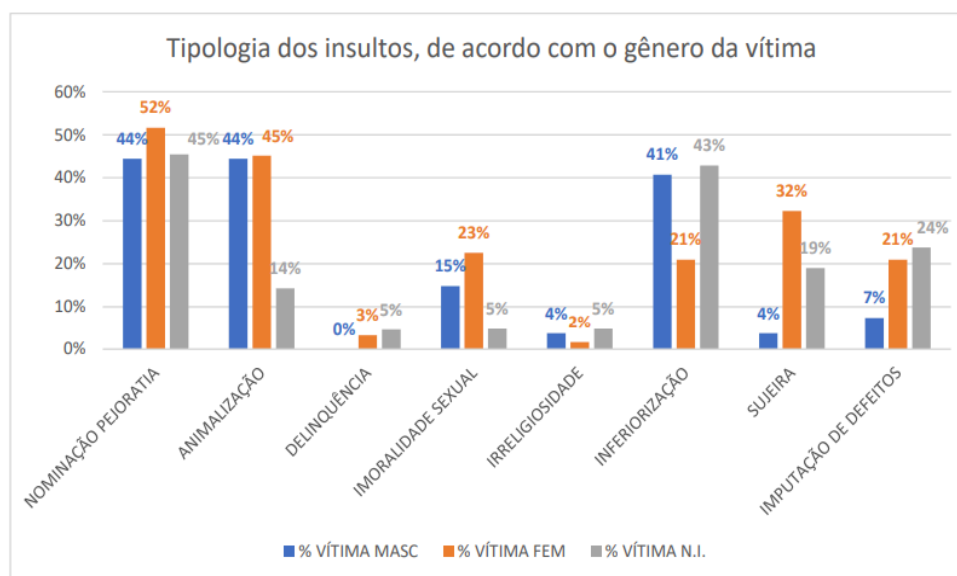
De acordo com Clóvis Moura (1994, p.01) o racismo é eminentemente uma arma ideológica de dominação, ‘montada para justificar a expansão de grupos dominadores sobre àqueles por eles dominados’. Para o autor, o fato de o racismo possuir esse caráter é o que faz com que ele continue se perpetuando como tendência de pensamento até os dias atuais. Quando esse racismo se entrecruza com o gênero das vítimas afetadas por ele, especificamente o gênero feminino, fica notório a dupla discriminação existente, que faz com que a essas mulheres sejam “negados” certos direitos e acesos básicos. Fazendo com que para elas a resistência acabe muitas vezes falando mais alto do que a própria existência. Essa dupla opressão é explicada através do conceito de interseccionalidade que, de acordo com Carla

Akotirene (2019, p. 29), diz respeito “a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas”.

Nesse sentido, quando se trata dos efeitos dessa discriminação interseccional, no mundo virtual, as mulheres negras são as mais atacadas pelo chamado “Discurso de ódio”. Esse fato pode ser evidenciado por meio dos dados disponíveis no “Relatório das Condenações Judiciais em 2ª instância até o ano de 2022” (2023), onde através de um mapeamento dos casos julgados nos Tribunais brasileiros envolvendo Injúria Racial e/ou Racismo praticados em Redes Sociais comprovou-se que 58,54% das vítimas são do gênero feminino; 18,29% masculino e 23,17% não foram identificados. Corroborando com isso, quando se remete ao gênero do agressor destacou-se que 55,56% dos agressores são homens, 40,74% mulheres e 3,70% não identificados. Por fim, sobre a tipologia dos insultos de acordo com o gênero das vítimas percebeu-se que as mulheres negras são ofendidas em grande frequência com insultos relacionados à sexualidade, à higiene e à sua estética, como demonstrado na imagem do gráfico abaixo.

Imagem 1: Tipologia dos insultos

**Gráfico 3 - Tipologia dos insultos, de acordo com o gênero da vítima**



Fonte: Relatório das Condenações Judiciais em 2ª instância

Os dados em conjunto demonstram o ataque explícito dos homens com relação as mulheres negras, o que demonstra a intersecção do machismo e da misoginia com o racismo

(Relatório das Condenações Judiciais em 2ª instância, 2023, p.15). Sendo assim, a análise dos dados permitiu perceber que existe um ódio explícito às mulheres, simplesmente por ser mulher, o que chamamos de misoginia, esse ódio que as coloca em situação de subalternidade e que vem atrelado com o desprezo, violência e objetificação, quando chegas as mulheres negras se intensificam, onde os ataques retomam a mesma visão existente sobre essas mulheres durante o período colonial.

De acordo com Luiz Valério Trindade em seu livro “Discurso de Ódio nas Redes Sociais” (2022) mulheres negras, jovens e em ascensão são as maiores vítimas desses ataques, no entanto, cabe destacar a hostilidade às mulheres que já ascenderam socialmente, possuem certo reconhecimento, mas que são duramente atacadas pelo simples fato de “errar”. Fato ocorrido com a cantora de rap Karol Conká que ao participar do reality show big brother Brasil na edição de 2021 foi duramente cancelada e atacada nas redes sociais por conta de falas, atitudes e comportamentos socialmente considerados errados, cometidos dentro do programa. Fato que levou a sua eliminação com o recorde de rejeição, 99,17%. Ao sair do confinamento, a participante se deparou com o ódio, os constantes ataques e julgamentos a ela na internet, com xingamentos, humilhação e até ameaças, envolvendo a sua própria família. Os ataques foram tanto que após o período de confinamento a rapper alegou ter pensado em tirar sua própria vida.

Já na edição do programa de 2024 algo parecido aconteceu com outra participante, dessa vez Leidy Elin, uma transgênero, que pelo fato de ser adversária de jogo e ter tido discursões com um dos participantes preferidos pelo público, foi duramente atacada durante o confinamento, ao ponto de ter sua conta do Instagram desativada por aqueles que proferiam os ataques; como também fora da competição onde a participante além de ter sido insultada publicamente em uma praia, continuou recebendo ofensas e xingamentos no mundo virtual, fato que fez com que a mesma se manifestasse em suas redes alegando “preto não tem direito de errar”.

Casos como esses demonstram que não existe segunda chance em “erros” cometidos por essa parcela da população, onde os julgamentos parecem não cessar. Além disso, Karol Conká e Leidy Elin não foram as únicas mulheres negras ofendidas com insultos e discursos de ódio no mundo virtual, as ofensas são constantes com “erro” ou sem ‘erro’, já que os “motivos” para esses ataques podem ser explicados pela sociedade eminentemente machista, mas principalmente racista em que vivemos. Dessa forma, os ataques destinados em maior

frequência a essas mulheres nas redes sociais deixam claro o conceito firmado pela professora Vilma Piedade (2017) em que afirma a existência de uma dor que só as mulheres negras reconhecem, a “Dororidade”. Uma dor que perpassa pelo viés de raça e gênero, do machismo e racismo e que só as mulheres negras entendem.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações discutidas até aqui destacaram os impactos causados por conta de uma discriminação interseccional de raça e gênero na vida das mulheres negras, especificamente no mundo digital. Através dos dados obtidos no “Relatório das Condenações Judiciais em 2ª instância até o ano de 2022” que analisa os casos julgados nos tribunais brasileiros sobre racismo e injúria racial nas redes sociais, percebemos que essas mulheres são as principais vítimas nesses ataques, com discursos que destacam sobre higiene, aparência e sexualidade dessas mulheres, elas continuam a todo instante tendo suas dignidades afetadas. A constância dos ataques ressalva também a importância de existir uma segurança mais efetiva nas redes sociais que faça com que aqueles que cometam os crimes não só sejam impedidos de fazerem tais atos como também sejam identificados com uma certa facilidade para assim arcarem com as atitudes de seus atos de forma legal.

Para além disso, através de uma pequena análise da trajetória de duas mulheres negras participantes do reality show big brother Brasil foi possível perceber as dimensões dos ataques destinados a essas mulheres de modo geral, quando as mesmas possuem atitudes consideradas erradas socialmente, repassando a sensação de que para essas errar não é algo permitido. Desse modo, fica claro que não só para as mulheres, mas para a população negra de modo geral, “segundas chances” parece ser algo quase inexistente. Sendo assim, as discussões presentes no trabalho deixaram em destaque que na sociedade em que vivemos quando se trata de ser “mulher + negra” os embates, desafios e dificuldades encontradas são duas vezes maiores.

#### REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

----- **Relatório do Observatório das Condenações Judiciais em 2ª Instância até o ano de 2022**. Salvador, 2023. Disponível em:  
[https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2\\_of\\_noticias/mir-realiza-seminario-d-esafios-do-racismo-nas-redes/PesquisaRacismoRedesRelatorio.pdf](https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/mir-realiza-seminario-d-esafios-do-racismo-nas-redes/PesquisaRacismoRedesRelatorio.pdf)

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Revista Princípios, São Paulo, v. 34, p. 28-38, 1994.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. Editora Nós, 2017.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. Editora Jandaíra, 2022.

## A PSEUDO-NEUTRALIDADE RACIAL DOS ALGORITMOS DIGITAIS

Luana Garcia do Amaral<sup>18</sup>

### RESUMO

O presente trabalho estuda reflexões teóricas de como a tecnologia, apesar promessa de avanço e progresso social, bem como de diálogo entre uma ampla comunidade dos mais diferentes e distantes locais, paralelamente promoveu, e promove, desde os seus primórdios, a segregação e disparidades nos acessos, oportunidades profissionais, financeiras e na saúde mental da população negra, isso sob um pseudodiscurso de neutralidade racial na atuação da Inteligência Artificial e dos algoritmos digitais, até pouco tempo, aceitos amplamente como isentos de ideologias. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com base referencial primordial na obra de Tarcízio Silva “*Comunidade, Algoritmos e Ativismo Digitais: Olhares Afrodiapóricos*”. A partir da digitalização do racismo, antes existente tão-somente no plano real, constatou-se a inexistência de espaço para que as pessoas negras o ocupassem no meio virtual e, posteriormente, sua inclusão deu-se unicamente por meio da estereotipação de seus corpos, como por exemplo de que mulheres negras são feias e impossíveis de serem objetos de afetos, e homens negros objetos sexuais e tendente à

---

<sup>18</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: [luanaa.amaral234@gmail.com](mailto:luanaa.amaral234@gmail.com). Sob orientação do Professor Doutor Delton Aparecido Felipe.

criminalidade. Inúmeros são os efeitos do racismo “2.0”. Nesse sentido, esta discussão busca apontar alguns deles a partir da análise de temas pontuais acerca da discriminação virtual da raça na era da tecnologia.

**Palavras-chave:** Tecnologia. Racismo. Algoritmos. Discurso. Pseudoneutralidade.

## 1. INTRODUÇÃO

A tecnologia atualmente faz parte de nossas vidas, sendo de grande dificuldade dissociá-la das nossas tarefas mais básicas, como conversar com familiares, ter acesso à informação, trabalhar, estudar, entre outros. Com a introdução das mídias sociais, e sua consequente “febre”, as relações interpessoais se alteraram, acompanhando o que denominaram de evolução dos meios de comunicação. Muitos usuários logo já se fizeram parte dos ambientes digitais pelos quais se comunicava por meio de, inicialmente, textos.

Conforme o crescente entusiasmo de participação online, verificava-se neste novo cenário o grande atrativo de ser uma nova versão em cada janela virtual. Soma-se ao fato de que as informações que compunham o banco de dados destas redes digitais a princípio eram escassas, bem como havia ausente uma massa crítica de pesquisadores racializados. No mais, todo o cenário era reforçado pela convicção da neutralidade da tecnologia, baseada no tecnoliberalismo.

O objetivo deste trabalho, logo, visa a análise do mito da equanimidade dos códigos computacionais, utilizando-se da análise bibliográfica e da utilização do referencial teórico da Teoria Racial Crítica.

Nesse sentido, a partir dos inícios dos estudos a respeito dos comportamentos tanto da interface virtual como dos próprios usuários, teóricos, pesquisadores e ativistas negros apontaram a presença ideológica na atividade algorítmica, uma vez que eram racializadas sob a perspectiva da supremacia branca. Nos termos da obra basilar, o racismo online é definido como um sistema de práticas contra pessoas racializadas que privilegia e mantém o poder político, econômico e cultural para os brancos no espaço digital.

Nesse viés, pondera-se que, para além da forma de racismo direto, da modalidade explícita em que é evidente a prática discriminatória, quando falamos dos mecanismos e ambientes digitais há de ser analisado a existência de uma modalidade indireta da prática racista, complexa e profunda, que se concretiza por meio dos processos que não são

visíveis e são aplicados de forma automática sobre as redes, as quais, por exemplo, atuam na recomendação de conteúdo, no reconhecimento facial e no processamento das imagens.

Para mais, Silva (2021) argumenta sobre a expansão dos iniciais ambientes digitais para a composição de plataformas digitais, por meio de uma grande integralização, em que as mídias se organizaram a partir de complexa infraestrutura, a fim de sustentarem este crescimento. Desse modo, investiu-se, então, em planejamento estratégico, com grupos de cientistas que atuam para o crescimento e manutenção destas plataformas, com muita análise de informação, busca por otimizar os fluxos, inclusive monetários da audiência atingida, da publicidade, e principalmente a conduta dos usuários.

Outrossim, a partir dos algoritmos e sua ampliação para a inteligência artificial, passamos a não ter controle das nossas próprias decisões, uma vez que a IA tomou o espaço antes ocupado pela reflexão humana, trazendo-nos, atualmente, juízos para nós e sobre nós. Osoba & Welser IV (2017) definem os algoritmos como sendo uma sequência finita de diretrizes precisas que são implementáveis em sistemas de computação. Assim, estas resoluções “dadas” pelos algoritmos geram impactos em diferentes esferas da sociedade e no indivíduo, especialmente atuando na influência dos comportamentos dos indivíduos.

À vista disso, de modo discreto, e quase imperceptível, mas demasiado consistente, estes algoritmos acabam se tornando mecanismos de estímulo e reprodução das relações de poder e de opressão existentes. Nesta perspectiva, neste meio o racismo não deve ser interpretado como um comportamento específico que foge da norma não racista, em verdade, deve ser analisado com um sistema político vigente.

Portanto, é de se elucidar que os algoritmos são pensados, elaborados, construídos e aplicados por serem humanos, que possuem vieses e ideologias próprias e inconscientes que perpassam a posição social em que vivem na sociedade, em determinado local, país, cidade, e classe, e que visualiza o mundo por meio de suas lentes sociais, muitas vezes de privilégios e com preconceitos, os quais são incorporados, intencionalmente ou não, nestes algoritmos, que intensificam as discriminações já existentes e ramificam novas formas de racismo.

## 1. MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi produzido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com especial embasamento teórico na Teoria Racial Crítica, e com pilares iniciais na obra organizada por Tarcízio Silva “*Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos*”, que compilou textos de 18 de pesquisadoras e pesquisadores autores, que a partir de seus conhecimentos científicos e teóricos exploram os fenômenos sociais causados pela comunicação digital e seus efeitos nas interfaces de raça, negritude, branquitude e discriminação.

O trabalho em apreço concentra-se nas análises trazidas em dois capítulos: “*Racismo e sexismo em bancos de imagens digitais: análise de resultados de busca e atribuição de relevância na dimensão financeira/profissional*”, de Fernanda Carrera; e “*Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código*”, de Tarcízio Silva.

## 2. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A partir das exposições introdutórias que contextualizam a construção da ideologia racial dos algoritmos, passa-se à análise das teorias de como esta ideologia afeta os usuários das interfaces virtuais pertencentes à grupos minoritários. Este fenômeno é abordado por Silva (2021) com especial enfoque nas microagressões vivenciadas no mundo digital que perpassam a experiência de grupos racializados por meio da discriminação em sua moderna vertente.

As microagressões são definidas como ofensas verbais e comportamentais, em ambientes comuns, sejam elas não-intencionais ou intencionais, que expressam o desrespeito com insultos hostis e depreciativos às pessoas negras (Sue, 2010). Trata-se de um verdadeiro racismo sistêmico para manutenção, também, no mundo virtual, da posição social colocando cada grupo em “seus lugares”, estes definidos pela ideologia da supremacia branca.

Nesta perspectiva, o psiquiatra e escritor Chester Pierce (1970) explicita como os aparatos na educação e na informação midiática formam um ambiente em que a maioria das ações ofensivas de grupos opressores não são brutais ou violentas fisicamente, mas ao contrário, e com grande efeito, são sutis e paralisantes, e que podem ser entendidas apenas quando se percebe que os golpes são executados ininterruptamente, em situações cotidianas.

Ainda, o termo pode ser compreendido como agressão que incide em um nível individual ou local, como em situações privadas ou limitadas e que facilitam a fuga de

responsabilizações, especialmente sob o fundamento da falta de dolo e do modo em que foi direcionado à vítima, como por exemplo, sob o argumento de que foi “só uma piada” (Silva & Powell, 2016).

Diante disso, Sue (2010) elenca três tipos de microagressões, que podem ser Microinsultos, que dão conotação insensível e aviltante à herança racial de um indivíduo; Microinvalidações, sendo realizadas por meio de exclusão, negação, e anulação de reflexões psicológica, da realidade dos indivíduos e seus sentimentos; e os Microataques, que atingem as vítimas com ataques verbais ou não, mas respaldado em intenção inequívoca de lesionar as vítimas com xingamentos, ações discriminatórias explícitas ou atos de evitação.

No mais, Tyne (2019) discorre também sobre manifestação das microagressões sob o viés da deseducação, comumente apresentada como não intencional em que se criam materiais online os quais pessoas negras não são visibilizadas, sendo omitidas; como sob o viés da desinformação não deliberada, em que o reprodutor da informação a tem em sua fonte primária com erros, e também deliberada, em que propositalmente promove-se a desinformação. Nesse sentido, entre as muitas concepções cita-se a materialização nos mais comuns, como a suposição de pretensão à criminalidade, o mito da democracia racial, que nega as realidades racializadas, a ideia de inferioridade intelectual, a exotização, a patologização de valores culturais e, ainda, a negação da cidadania, com a exclusão e isolamento.

A exemplo, os buscadores do Google reproduzem representações nocivas dos grupos raciais não heterogênicos, que propiciam uma invisibilidade positiva e uma hipervisibilidade negativa (muitas das vezes associadas à sexualização dos corpos negros ou de “inata” tendência à transgressão), consoante Carrera (2021). A discriminação racial está introduzida profundamente nos algoritmos digitais que a cada dia se ampliam para a dominação de todas as áreas de nossa vida, nas quais fazem seu uso independente da nossa escolha ou não.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Doravante as compreensões acima expostas, conclui-se pela importância do debate desta temática para estudo e identificação destes vieses ideológicos presentes nos códigos computacionais, a fim de que sejam desenvolvidos mecanismos para defesa dos

usuários destas plataformas que reproduzem e executam o racismo online, introjetado violências em suas configurações originárias. Ademais, necessária a promoção de questionamentos de quais os mecanismos críticos os usuários pertencentes à grupos raciais podem utilizar para reconhecer e defender-se destas violências, muitas das vezes sutis, e que por esta razão são difíceis de serem apontadas como desumanização.

Para mais, tem-se essencial que, a partir destas discussões e da educação sobre como a discriminação racial é manifestada digitalmente, aprecia-se a necessidade também de introdução e despertar da responsabilidade, do papel, que os desenvolvedores destes algoritmos possuem, desde gerentes de publicidade à de grandes plataformas, uma vez que devem conceber-se também como indivíduos racializados, o que o inserem em uma posição social de privilégio e de construções inconscientes de visão de mundo, estas inseridas e multifacetadas nos desenvolvimentos de IAs.

## REFERÊNCIAS

CARRERA, Fernanda. **Racismo e sexismo em bancos de imagens digitais: análise de resultados de busca e atribuição de relevância na dimensão financeira/profissional.** Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos. 2º ed. São Paulo. LiteraRua, 2021.

PIERCE C. Offensive mechanisms. In: BARBOUR, *Floyd. (org.) The black seventies.* Porter Sargent Pub, p. 265-282, 1970.

SILVA, Tarcízio. **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos.** 2º ed. São Paulo. LiteraRua, 2021.

SILVA, Guilherme Henrique Gomes; POWELL, Arthur B. **Microagressões no ensino superior nas vias da educação matemática.** Revista Latinoamericana de Etnomatemática, v. 9, n. 3, p. 44-76, 2017.

SUE, Derald Wing et al. **Racial microaggressions in everyday life: implications for clinical practice.** American psychologist, v. 62, n. 4, p. 271, 2007.

OSOBA, Osonde A.; WELSER IV, William. **An intelligence in our image: The risks of bias and errors in artificial intelligence.** Rand Corporation, 2017.

TYNES, Brendesha M. et al. **From racial microaggressions to hate crimes: A model of online racism based on the lived experiences of adolescents of color. Microaggression Theory: Influence and Implications,** p. 194-212, 2018.

# O DEBATE SOBRE A LEGITIMAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: A POLÊMICA DAS COTAS RACIAIS

Maria Luisa da Silva Borniotto<sup>19</sup>

## RESUMO

Objetivamos apresentamos neste texto parte dos estudos bibliográficos das pesquisas realizadas no processo de especialização em História da África e Cultura Afrobrasileira, Práticas Docentes, Relações Raciais e Aplicação da Lei 10.639/2003, da Universidade Estadual de Maringá concluída em 2017. Nos levantamentos bibliográficos sobre Políticas Públicas de Ações Afirmativas no contexto educacional do ensino superior brasileiro, nos deparamos com a problemática de que a implantação dessas políticas públicas tem provocado inúmeras discussões, indagações e, particularmente, muitas dúvidas em seus processos de implementação, principalmente no segmento de ensino. Neste texto, trouxemos parte do debate em torno da legitimação de tais políticas públicas implantadas no Brasil, como a Lei de Cotas Raciais para o ingresso da população negra no ensino superior brasileiro. Evidenciamos que há os que, demonstram-se favoráveis, acreditando que a ação propicia a oportunidade de acesso ao ensino superior a grupos historicamente desprivilegiados e há os que, contrariamente, enfatizam que, essas políticas de ação diferenciada, ajudam a fortalecer o preconceito

**Palavras-chave:** Cotas raciais. Ensino superior. Ações afirmativas. Reparação histórica. Relações étnico-raciais.

## 1. INTRODUÇÃO

---

<sup>19</sup> Professora Doutora em Educação e especialista em História da África. Docente da Unespar/Paranavaí. (mariaborniotto@gmail.com)

O debate sobre a legitimação das Políticas Públicas de Ações Afirmativas no contexto educacional do ensino superior brasileiro tem provocado inúmeras discussões, indagações e, particularmente, muitas dúvidas em seus processos de implementação deste segmento de ensino. Nossa problematização parte do pressuposto de que a compreensão e, conseqüentemente, as opiniões da população brasileira são muito divergentes em relação ao sistema de cotas. Considerando o papel prestado pelos meios de comunicação e outras fontes de informação, há os que, demonstram-se favoráveis, acreditando que a ação propicia a oportunidade de acesso ao ensino superior a grupos historicamente desprivilegiados, e há os que, contrariamente, enfatizam que, essas políticas de ação diferenciada, ajudam a fortalecer o preconceito. Objetivamos apresentar neste texto, uma breve exposição de parte dos estudos bibliográficos das pesquisas realizadas no processo de especialização em História da África e Cultura Afrobrasileira, Práticas Docentes, Relações Raciais e Aplicação da Lei 10.639/2003, da Universidade Estadual de Maringá concluída em 2017, sobre o debate em torno das cotas raciais na educação superior com suporte teórico em autores que tratam sobre a temática. Constatamos que a democratização da educação superior pública não é um consenso.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Apresentamos neste texto parte dos estudos bibliográficos das pesquisas realizadas sobre Políticas Públicas de Ações Afirmativas no contexto educacional do ensino superior brasileiro no processo de especialização em História da África e Cultura Afrobrasileira, Práticas Docentes, Relações Raciais e Aplicação da Lei 10.639/2003, da Universidade Estadual de Maringá concluída em 2017. Neste texto trouxemos parte do debate em torno da legitimação de tais políticas públicas implantadas no Brasil, como a implantação de Cotas Raciais para o ingresso da população negra no ensino superior brasileiro.

## **3. DISCUSSÃO E RESULTADOS**

Moya e Silvério (2009, p. 236) analisam os principais jornais e revistas do país durante o período de consolidação da temática no âmbito estatal, nos anos de 1995 a 2006, para identificar como as publicações midiáticas apresentaram e discutiram o tema das cotas raciais. Os autores evidenciaram uma contrariedade majoritária em todas as mídias estudadas. Os principais argumentos afirmam que o sistema de cotas desrespeita o mérito individual, único meio de avaliar a competência de cada um. “Na medida em que reivindicam critérios

coletivos e não individuais são negativamente compreendidas como uma ‘discriminação às avessas’” (MOYA; SILVÉRIO, 2009, p. 236). As cotas raciais pretendem transformar a nacionalidade como beneficentemente mestiça, em um sistema “bipolarizado entre negros e brancos”. Como se “o sistema de cotas pudesse racializar a sociedade, institucionalizando o racismo brasileiro”.

Outros argumentos culpam o nível de qualidade das escolas públicas como responsáveis pela baixa aprovação dos negros e pobres nos vestibulares das universidades. Para esse argumento, “as cotas são vistas como um subterfúgio político, com baixo custo, para não melhorar o sistema educacional público, este visto como principal problema a ser sanado para que a população negra e pobre ‘naturalmente’ adentre no ensino superior” (MOYA; SILVÉRIO, 2009, p. 237).

Os argumentos mais acionados para a defesa do sistema de cotas são aqueles que o apresenta como promotor de justiça social, por meio da inclusão da população negra e economicamente carente em locais de poder e prestígio social que possam proporcionar uma possível melhoria na qualidade de vida e diminuição das injustiças sociais. A elaboração de políticas de reparação história destinada à população afrodescendente, em razão não só do passado escravocrata brasileiro, mas também pelas décadas de negligência e ausência de estabelecimento de políticas de combate à exclusão dos negros na sociedade, suscitam debates nacionais que abordam a qualidade do sistema educacional brasileiro e levam à tona, a defesa e o reconhecimento da valorização da diversidade racial em contrapartida ao modelo eurocêntrico vigente e dominante nos locais de poder (SISS *et al*, 2010).

Portanto, o que se percebe é que a democratização do ensino superior público não é um consenso, pelo contrário, há uma parcela significativa de pensadores e acadêmicos que afirmam que a universidade pública não deve se preocupar com tal questão. Por essa concepção, o seu foco deve ser exclusivamente a excelência acadêmica, fundamentada apenas na competência individual, ou seja, que na universidade só devem estar os mais bem preparados. Nessa perspectiva, “a universidade pública é (e deve continuar sendo) o local máximo e restrito da produção do saber e, conseqüentemente, do poder” (MOYA; SILVÉRIO, 2009, p. 238).

A Lei 12.711/2012<sup>20</sup> que dispõe sobre cotas sociais e raciais para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de Nível Médio; a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola – Parecer CNE/CEB16/12 e Resolução CNE/CEB08/12 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE); e a sanção da Lei 12.990, de 9 de junho de 2014 que reserva aos negro 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, é resultado da luta por reparações do Movimento Negro que Nilma Lino Gomes chama de “Movimento Negro Educador” (2018). Porém, todo esse processo de redemocratização no Brasil, ainda se encontra permeado por diversas lacunas não resolvidas (MOEHLECKE, 2002). Uma dessas lacunas refere-se às condições desiguais de oportunidades para pessoas com características não mutáveis, como a cor da pele e etnia, que influencia na definição das oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, progressão na carreira, desempenho educacional, acesso ao ensino superior, participação na vida política. Pois, “pretos e pardos, apresentam maior taxa de mortalidade infantil, menor esperança de vida, menor renda para maior jornada de trabalho, índice superior de desemprego, menor mobilidade social, média de anos de estudos inferior etc, que os brancos” (ROSEMBERG, 2008, p. 3).

Os dados referentes à discriminação e desigualdades nessas diferentes áreas têm sido frequentemente divulgados, tanto em âmbito nacional como internacional. No entanto, são várias as controvérsias acerca de quais seriam as melhores soluções, já que essa situação tem se mostrado inalterada por décadas. Essas divergências de opiniões nos remetem a pensarmos sobre as medidas que passam a ser tomadas pelo poder público para enfrentamento das iniquidades, do preconceito e da discriminação existentes entre grupos, historicamente desprivilegiados. Uma das propostas que surgiram como resposta ao problema foi a política de ação afirmativa, também designadas “política de cotas”, “reserva de vagas”, “ação compensatória”, que veiculam como tema no debate e “agenda pública brasileira”. Entendemos que, antes de assumir uma posição favorável ou contrária a essas políticas, seria

---

<sup>20</sup> Após muita luta do movimento negro, a Lei de Cotas 12.711/2012, visa garantir 50% das vagas nas universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio para pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de escola pública. As reservas das vagas devem seguir a proporção dos grupos minoritários que formam a população, de acordo com o cálculo realizado pelo IBGE. Ou seja, se uma universidade oferta 100 vagas, em um estado onde 20% da população é formada por pessoas pretas, pelo menos 10 vagas deverão ser destinadas a estudantes negros.

importante conhecer e entender melhor o que são, sua história e a direção assumida por algumas de suas polêmicas.

Apesar das ações afirmativas já vigorarem nos Estados Unidos desde a década de 1960, quando o movimento pelos direitos civis dos negros e das minorias conquistou várias liberdades individuais e garantias de não discriminação em serviços públicos, no Brasil houve uma dificuldade de estabelecer políticas públicas que combatessem a discriminação, em razão ao “mito da democracia racial” (SILVA FILHO, 2013).

No Brasil, as reivindicações dos movimentos sociais que pediam pela construção da justiça social, por meio de ações afirmativas, esbarravam na intolerância de grande parte da mídia e da elite econômica, política e social que se negavam ao debate sobre a discriminação, o preconceito e a reparação social, pois se acreditava na ideologia de que, sendo o Brasil, um país de mestiços, havia uma convivência harmoniosa entre os povos de diferentes etnias – brancos, negros e índios. “O mito da democracia racial afirmava que no Brasil não havia racismo, e que os desníveis sociais que poderiam existir tinham origem exclusivamente em questões sociais” (SILVA FILHO, 2013, p. 56).

Na década de 1950, a UNESCO financiou várias pesquisas no Brasil, inspiradas na visão de que o Brasil era um país que vivia uma harmonia racial. O objetivo dessas pesquisas visava mecanismos de como superar o racismo que existia no mundo, no contexto de pós-Guerra. A ONU escolheu o Brasil por acreditar que este era um país modelo de harmonia propagada pela ideia do livro “Casa Grande Senzala”, demonstrava que o Brasil era um país onde todas as raças viviam bem (HOUFBAUER, 2003).

O mito da ausência do preconceito de cor no Brasil é retomado por Thales de Azevedo<sup>21</sup>, assim como já o fizeram Roger Bastide, Florestan Fernandes, João Baptista Borges Pereira e outros. Em seus estudos, demonstram a visão cada vez mais comprometida com o desmascaramento do mito da democracia racial identificando várias formas de discriminação racial existente no Brasil como desigualdade e exclusão, de natureza econômica, de gênero, regional e étnica (SILVA FILHO, 2013).

---

<sup>21</sup> Na obra de AZEVEDO, Thales de. **Democracia racial: ideologia e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1975. Thales de Azevedo fundamenta todo seu trabalho no mito da ideologia racial, tomando como pano de fundo o inter-casamento – branco-negro – que reflete a estrutura brasileira de ontem e de hoje no nível das relações entre tais grupos.

Em 1977, Abdias do Nascimento<sup>22</sup>, emprega o termo afrodescendente em substituição à palavra “negro”, ou “preto”, na pretensão de deixar de trabalhar com aspectos fenotípicos e enfatizar aspectos da ancestralidade cultural de um grupo ou grupos sociais.

Esse esforço pela valorização da ancestralidade africana foi o contraponto ao mito da democracia racial, pela valorização da beleza negra, dos valores negros, como forma de aumentar a autoestima do referido grupo social e permitir a criação de uma mística do movimento social que reivindica novos espaços sociais, na mídia, na universidade, no mercado de trabalho (GOMES, 2018; SILVA FILHO, 2013).

As cotas nas universidades são partes dessa estratégia mais ampla de afirmação da identidade, do sentimento de pertença, da busca da diferença como valor fundante da alteridade e da diversidade na sociedade, em contraposição ao monismo cultural e à imposição de um único modelo estético, político, cultural. Nesse sentido, a ação afirmativa por meio das cotas, tem sua importância não somente pela democratização do acesso à universidade, mas pela ampliação dessa disputa contra hegemônica colocada na sociedade para a superação das exclusões e pelo desmascaramento do mito da democracia racial (SILVA FILHO, 2013).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, mesmo que o debate sobre a democratização do ensino superior público não seja um consenso entre uma parcela significativa da população brasileira, composta de pensadores e acadêmicos que afirmam que a universidade pública não deve se preocupar com tal questão, medidas de enfrentamento contra o preconceito estão sendo viabilizadas para garantir a inclusão de negros (pretos e pardos) nas instituições de Ensino Superior. Essas políticas reparatórias são as respostas do Estado mobilizadas pelas as ações das lutas do

---

<sup>22</sup> Abdias do Nascimento (1914 – 2011) foi professor emérito da Universidade do Estado de Nova York, Doutor Honoris Causa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pela Universidade Federal da Bahia, e um intelectual importante na luta antirracista durante o século XX no Brasil, por ter participado da Frente Negra na década de trinta e fundado o Teatro Experimental do Negro (TEN), lançou o documento “O Genocídio do Negro Brasileiro”, em 1977 na cidade de Lagos, na África, no 2º Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas, que depois virou livro em 1978 pela editora Paz e Terra. Trata-se de um documento referencial na luta pela igualdade e contra a discriminação no Brasil, além do fato de Abdias do nascimento estar nesse período exilado do Brasil, ministrando aulas nos Estados Unidos, como consequência do golpe militar de 1964. Esse regime militar brasileiro tentou impedir a leitura desse documento no referido encontro na África, que se consubstanciava como foro internacional privilegiado para o Pan Africanismo e a diplomacia de países africanos e de fora da África. O exílio de Abdias e a tentativa de censura perpetrada pelo então governo militar brasileiro são uma demonstração da postura autoritária que seguiu a tradição nacional de negar a existência de racismo e da postura de proibir esse debate (SILVA FILHO, 2013, p. 57).

Movimento Negro, que não só viabilizou o protagonismo e visibilidade dos negros e negras do Brasil, como também reeduca a sociedade, produzindo novos conhecimentos, o das relações étnico-raciais.

## REFERÊNCIAS

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. 2. ed. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2018.

HOUFBAUER, A. Raça, Cultura e identidade e o racismo à brasileira. In: BARBOSA, L. M. de A.; et al. **De Preto a Afrodescendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico raciais no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

MOEHLECKE, S. Ação Afirmativa: História e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, npo. 1ve9m7 b2r1o7/,2 n0o0v2embro/ 2002.

MOYA, T. S.; SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e raça no Brasil contemporâneo: um debate sobre a redefinição simbólica da nação. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, n. 2, jul./Dez. 2009, p. 235 – 250.

ROSEMBERG, F. Ação Afirmativa no Ensino Superior Brasileiro: Pontos para Reflexão. **IP.USP**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/acao-afirmativa-ensino-superior-brasileiro-pontos-para-reflexao/>> acesso em: 10/07/2024.

SILVA FILHO, P. **Políticas de Ação Afirmativa na Educação Brasileira**: Estudo de caso do Programa de Reserva de Vagas para Ingresso na Universidade Federal da Bahia. Jundiá: Paco Editorial, 2013.

SISS, A.; MONTEIRO, A. (orgs.). **Negros Indígenas e Educação Superior**. Rio de Janeiro: Quartet: EDUR, 2010.

# ESTRUTURA PRETA: UMA CONSTRUÇÃO ANTIRRACISTA NA MÍDIA TRADICIONAL

Nadini da Silva<sup>23</sup>

## RESUMO

Estrutura preta é uma coluna semanal, transmitida ao vivo, todas às segundas-feiras. A reprodução se dá através de um dos veículos mais tradicionais da comunicação, uma emissora de rádio. A Rádio Independente que me convidou para desenvolver este projeto, é uma das emissoras mais concisas e longínquas da região, estando há 73 anos no ar. Acompanhando a evolução tecnológica e a demanda atual da sociedade, as transmissões são vinculadas também ao canal do YouTube da emissora, e a página no Facebook. O projeto foi idealizado pelo proprietário da empresa, João Pedro Muller, que me desafiou a assumir a criação e reprodução das pautas. A partir deste convite, comecei a desenvolver primeiramente o nome da coluna, que aborda assuntos relacionados ao racismo estrutural, as conjunturas da sociedade brasileira e mundial face a luta antirracista e a conscientização da população, sobre questões étnico-raciais. E assim nasceu Estrutura Preta, uma coluna que pode ser acompanhada de todos os lugares. O programa de apresentação da coluna ocorreu em 10 de março de 2023, no programa “Panorama”, ancorado pelos comunicadores Aline Silva e Moisés Ely, com produção de Angélica Machado, com quem eu divido a bancada todas às segundas-feiras.

**Palavras-chave:** Rádio. Luta antirracista. Consciência racial. Rio Grande do Sul.

---

<sup>23</sup> Nadini da Silva: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e graduada em Direito, pela Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, Lajeado, Rio Grande do Sul. Auxiliar administrativo e advogada. E-mail: [advocacia.nadinidasilva@gmail.com](mailto:advocacia.nadinidasilva@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5180815815435189>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7983-0821>.

## 1. INTRODUÇÃO

O racismo estrutural é uma construção social, produto de uma sociedade que se beneficiou por mais de trezentos anos de mão de obra escravizada, sem qualquer forma de reparação histórica, ou indenização às pessoas que foram abandonadas à própria sorte, no período pós-abolição. A principal ferramenta para manutenção desta estrutura e para que a população negra siga à margem da sociedade, com poucas oportunidades de ascensão social, e conquistas é a desvalorização da mão de obra negra. E por isso, é de extrema importância o desenvolvimento de iniciativas que tragam a narrativa negra para o centro da discussão, com responsabilidade e propriedade para abordagem de temas tão importantes principalmente, para uma região extremamente embranquecida, através da imigração de colonizadores italianos e alemães, onde os corpos negros acabam sendo apagados, ou estereotipados, limitados a nichos sociais. E a partir desta preocupação, surgiu a iniciativa de criação da coluna “Estrutura Preta” para a difusão de conteúdos e materiais, relacionados a luta antirracista, combate à discriminação racial, a desconstrução de preconceitos e a reconstrução do imaginário social.

O nome da coluna “Estrutura Preta” foi pensado, para que desde sua concepção, fosse possível compreendê-la como uma ruptura da realidade colonizadora e embranquecida do cenário do Rádio no Rio Grande do Sul. E preta, porque à frente do projeto, está uma mulher preta, recém-formada em direito, pesquisadora de questões étnico-raciais e extremamente empenhada na criação de uma sociedade melhor.

Mas para compreender o impacto e a importância da criação de iniciativas nesse sentido, é imprescindível analisar o cenário da radiodifusão<sup>24</sup>. Este cenário difundiu-se Brasil afora, como acontecia a nível mundial. E as programações foram se adaptando, para agradar ao público, mas também atingir novos ouvintes e conseqüentemente, tornar-se um meio de comercialização. Passando pela ascensão dos aparelhos de televisão, o rádio manteve-se presente, e contemporaneamente, com a difusão das redes sociais e mídias online, foi enfraquecido, junto com os jornais impressos, que são quase uma raridade. No entanto,

---

<sup>24</sup> O rádio chegou ao Brasil na década de 1920. No primeiro centenário da Independência, em 7 de setembro de 1922, foram realizadas muitas festas no Rio de Janeiro e também foi organizada uma exposição com estandes de vários países.

principalmente no cenário Gaúcho<sup>25</sup>, o Rádio segue sendo fundamental para a comunicação, e transmissão de informação.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A coluna Estrutura Preta, é desenvolvida semanalmente, ou seja, são pautas semanais que são escritas por mim, de acordo com acontecimentos de repercussão nacional, ou internacional, ou ainda a nível regional. Buscando trazer para a rotina dos ouvintes o conhecimento de assuntos que naturalmente não buscaria. Porque a região é fortemente colonizada por imigrantes alemães e italianos que permaneceram por muito tempo, de forma hegemônica nos cargos de decisão ou de poder, possuindo assim também controle das narrativas que seriam comunicadas. E por isso, através do desenvolvimento desta coluna, busca-se quebrar com essa estrutura hegemônica, que tem por costume excluir os corpos negros. Verbalizando as histórias de sucesso, luta e resistência do povo negro.

A produção e apresentação da coluna é feita por mim, todas às segundas-feiras às 08 horas e 35 minutos na Rádio Independente, no programa Panorama, desde o mês de Março de 2023. A Rádio é vinculada a frequência FM (frequência modulada) 97.1, mas também a está linkada ao vivo ao Youtube e ao Facebook, em formato de lives, sendo acessível de qualquer região do país e do mundo, com acesso a internet, de forma simultânea, enquanto está ocorrendo, ou em qualquer momento posterior. Bem como se dá a publicação dos textos trazidos no website da emissora, onde o conteúdo também pode ser acessado por tempo indeterminado. O programa acontece em um dos estúdios da Rádio, sendo realizados também eventos externos, onde são feitas transmissões ao vivo, e gravadas.

## 3. DISCUSSÃO E RESULTADO

O principal motivo de desenvolver a coluna é abordar questões e temáticas relacionadas ao racismo estrutural e a falta de representatividade negra na construção de narrativas no Rio Grande do Sul, mas também no restante do país e do mundo. E com isso, as discussões que surgem a partir da disseminação de conhecimento, são de diversas searas. Porque perpassam pelos corredores da empresa, gerando debates que até aquele momento não ocorriam, perpassam pela rotina das pessoas, que aqui no Rio Grande do Sul ainda possui

---

<sup>25</sup> O desastre natural que atingiu todo o estado do Rio Grande do Sul deixou os moradores sem comunicação devido à falta de energia elétrica e de internet. As emissoras de rádio e televisão cumprem um papel essencial para que as vítimas de tamanha tragédia consigam se manter atualizadas em tempo real sobre as condições de tempo, localização de abrigos e demais formas de se protegerem.

grande população que vive em área rural, e trabalha com o manejo de culturas, e tem-se o hábito de realizar as tarefas ouvindo Rádio, ou ainda, das pessoas que estão se deslocando para seu trabalho, no perímetro urbano, e acompanham a programação, para atualizar-se sobre as informações e notícias da região, e acabam sendo atravessadas pela abordagem de pautas e questões étnico-raciais, e algumas vezes de forma involuntária acabam acompanhando a coluna mais de uma vez, ou em outros casos, passam a ser ouvinte assíduos, que aguardam a próxima segunda-feira para saber o tema que será abordado, e desta forma adquirir conhecimento, sobre temas tão relevantes.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manter uma coluna semanal, por mais de um ano, em uma mídia extremamente tradicional, como o Rádio, que tem como público-alvo principal, pessoas mais velhas é muito gratificante. Ouvir relatos de ouvintes que acompanharam o programa um, e que seguem acompanhando porque perceberam uma melhora na produção do conteúdo, mas também na minha preparação e naturalidade para abordagem dos assuntos é o que me mantém motivada para seguir estudando e produzindo para o Rádio. Porque muito do meu público é jovem, que não possuía o hábito de acompanhar programas de rádio, e que passou a consumir este tipo de mídia, apesar das redes sociais, pela importância das pautas trazidas. Outra quebra estrutural importante que vem ocorrendo, é o acesso de debates e questões étnico-raciais, a pessoas mais velhas. Que se acostavam ao discurso de que eram muito “antigas” para compreenderem a sociedade moderna, e respeitar as pessoas diferentes de si, e que hoje, compreendem a partir das construções trazidas pela coluna, como o período escravagista do Brasil foi violento, como a construção da sociedade se deu através do abuso de corpos negros e indígenas e que por mais não tenham tido uma vida tão fácil, nunca enfrentaram os desafios que um corpo negro enfrenta. Por isso, aspiro que mais iniciativas como esta possam surgir e permanecer, em todos os cenários, seja na televisão, no rádio ou nas redes sociais. Para que para cada racista, haja uma comunicadora combativa e antirracista.

#### REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. (n.d.). **Radiodifusão ajuda vítimas das enchentes do RS**. ABERT. Acesso em: Jul. 11, 2024. Disponível em: <<https://www.abert.org.br/site/imprensa/noticias/radiodifusao-ajuda-vitimas-das-enchentes-d>

[O-18](#)>.

KENNEDY, R; PAULA, A. N. de. **Jornalismo e publicidade no rádio: Como fazer.** Contexto. 2013.

# PAREM DE NOS MATAR: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CIDADE DE SARANDI-PARANÁ (1995-2015)

Thais Andrade de Assis<sup>26</sup>

## RESUMO

A seguinte pesquisa tem como proposta realizar um levantamento e análise sistemática acerca dos dados obtidos sobre a violência contra mulheres na cidade de Sarandi, região metropolitana de Maringá, localizada no norte do estado do Paraná, entre os anos de 1995-2015 a partir de notícias dos jornais periódicos da região que retratam o tema de violência contra as mulheres, além de, fazer uma análise sistemática juntamente com a coleta de boletins de ocorrência da delegacia da cidade. Dessa forma, busca-se historicizar e sistematizar tais dados para compreender como se dão tais atitudes, qual o perfil econômico e social das mulheres atingidas, além de discutir quais as condições do município em si para lidar com essas situações. Busca-se a partir da proposta de pesquisa compreender o lugar que a vítima ocupa nos periódicos da região, além de sintetizar os dados sobre violência contra mulher na cidade de Sarandi- Paraná.

**Palavras-chave:** História. Gênero. Violência.

## 1. INTRODUÇÃO

A cidade de Sarandi é localizada no norte paranaense e corresponde a região metropolitana de Maringá, que é composta por 26 municípios, dos quais Sarandi é a maior em volume populacional, logo depois de Maringá. De acordo com os resultados preliminares do censo demográfico de 2022, Sarandi possui em sua média 120 mil habitantes<sup>27</sup>,

<sup>26</sup>Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá(UEM), mestranda pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na área de Gênero e História. e-mail: thaismcmaringa@gmail.com

<sup>27</sup> PRELIMINARES CENSO IBGE ACESSO EM: disponível em: [cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/sarandi](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/sarandi)

caracterizando-se como uma cidade de médio porte para a região<sup>28</sup>. O então município de Sarandi, com seus 48 anos, possui certa complexidade acerca de seu processo de urbanização presente em sua história, já que a mesma é considerada uma cidade periférica, e uma de suas características recorrentes são seus diversos problemas estruturais e sociais, que fazem do imaginário social da população da RMM (Região Metropolitana de Maringá) vê-la como uma “cidade violenta”, sendo a violência uma marca consolidada de quem conhece o município (RODRIGUES, 2004).

O recorte de gênero aqui é necessário para compreensão de uma realidade recorrente em todas as regiões do Brasil, a violência doméstica contra as mulheres. Dentro do processo histórico em que estamos inseridos, a problemática acerca da violência contra a mulher passa de uma legitimação para uma condenação social (LAGE, 2013), deixando de ser uma questão de ordem privada para um problema social com necessidades de ações e políticas públicas. Dessa forma, a violência de gênero possui características próprias que atuam contra as mulheres, sendo as mesmas qualificadas em diferentes níveis como; violência psicológica, assédio sexual, verbal, matrimonial, estupros, espancamentos e feminicídio. Tais fatos existentes em nossa sociedade são historicamente vivenciados, conhecidos e combatidos por mulheres (LAGE, 2013).

Os objetivos da pesquisa são a partir do levantamento dos boletins de ocorrência de Sarandi sintetizar os dados obtidos sobre a violência com o intuito de facilitar o acesso aos mesmos, além de entender o fluxo das denúncias realizadas de acordo com o recorte temporal (1995-2015) e contextualizar a condição econômica e social das mulheres dentro do município de Sarandi

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Em busca de resultados plausíveis, o método quantitativo se apresenta como melhor escolha para essa pesquisa, visto que a mesma traz uma objetividade dentro da pesquisa. Assim trabalhamos com as etapas de uma pesquisa quantitativa dentro da história como; a coleta de dados a partir dos boletins de ocorrência; análise estatística para identificar padrões e tendências dentro dos dados; interpretação histórica a partir de seu contexto para compreender os números obtidos; (BARROS, 2005).

---

<sup>28</sup> IBGE CARACTERÍSTICA DA CIDADE DE MÉDIO PORTE

A metodologia teórica para análise dos dados obtidos escolhida é a interseccionalidade (AKOTIRENE,2019), pois focamos nos processos interseccionais que perpassam a categoria de *mulheres*, como a raça, a classe, e o próprio gênero. O pensamento interseccional não foca necessariamente nas diferenças identitárias, e sim, nas desigualdades impostas pela matriz de opressão. Essa matriz é composta por suas estruturas modernas, ou seja, o patriarcado, o capitalismo, o racismo e o sexismo (CARNEIRO, 2011). A 73 interseccionalidade propõe uma sensibilidade analítica que explicou a matriz de opressão cisheterossexista (AKOTIRENE, 2019).

### 3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A seguinte pesquisa foi iniciada em março de 2024 e segue em desenvolvimento até a conclusão do mestrado em março de 2026. As discussões para realização da pesquisa se dão na necessidade de um aprofundamento acerca da realidade das mulheres que vivem no município de Sarandi, onde as variadas vivências de mulheres existentes em nossa sociedade estão presentes nas mais diversas representações do cotidiano, na vida pública e privada dos indivíduos. Dito isso, identificamos que a experiência social de vida de mulheres ocorre diferentemente da dos homens, e a identificação das mulheres como grupo social (TILLY,1994), com seus atravessamentos identitários compostos por uma diversidade de existências, são fundamentais para compreensão das especificidades dos tipos de violências praticados contra as mesmas (AKOTIRENE,2019). Ainda não há resultado preliminar dos dados obtidos da delegacia, sendo este analisado dentro do cronograma do projeto, previsto para o segundo semestre de 2024.

Assim sendo, estamos falando de corpos historicamente violentados e invisibilizados na sociedade em que vivemos. Temos atualmente, nos estudos sobre as mulheres (AKOTIRENE(2019), CARNEIRO(ANO), DAVIS(1981), DEL PRIORY(2004), IZILDA(2013), JESUS(2018), PINSKY(2009), MATOS (2013), PEDRO(2004), SCOTT(1995), TILLY(1994), diversas discussões que buscam abarcar a grande diversidade que cabe a este conceito, e os diversos recortes necessários para compreensão do mesmo. Essas autoras, frutos de seu tempo, discutem gênero por diversas perspectivas e nos traz um debate amplo que busca sempre fugir da generalização do termo. Essas discussões acerca do termo gênero acompanham sempre de outros estudos de relações de poder, Questões

étnico-raciais, direitos humanos, direitos trabalhistas, entre outros, também são marcados pelas questões de gênero (TILLY, 1994).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização tecnológica que vivem as cidades a partir da segunda metade do século XX, construiu uma Sarandi que não valoriza os patrimônios públicos e os documentos históricos do município. Acessar os dados sobre violência para poder digitalizá-los é uma maneira de preservar esses documentos e democratizar o acesso aos mesmos para fins de utilidade e política pública. Vale salientar também que o município de Sarandi não possui uma delegacia especializada em atendimento às vítimas de violência de gênero e violência doméstica, sendo a única instituição o Centro de Referência e Atendimento à Mulher Municipal (CRAMM), que não possui estrutura de assistência para a demanda populacional, o que dificulta e negligência o combate às violências.

Trabalhar com violência e mulheres em Sarandi é ir além de uma história oficial, contada sempre por uma perspectiva cis-hetero-branca, coletando e sistematizando os dados existentes em um fundo de gaveta cheia de pó, é repensar as epistemologias de análise para uma história regional, abrangendo os mais variados corpos que perpassaram e perpassam o município através de suas marcas, colocando o dedo na ferida da história, para assim, talvez, encontrar possíveis soluções.

#### REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. Selo Sueli Carneiro. Editora Pólen. São Paulo. 2019.

BARROS, José D'Assunção **O Projeto de Pesquisa em História** : da escolha do tema ao quadro teórico / José D'Assunção Barros. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2005.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1981. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEL PRIORY, Mari. **História das Mulheres no Brasil**, São Paulo: Contexto, 2004.

IZILDA, Maria S. M. **História das Mulheres e das relações de gênero**: campo historiográfico , trajetórias e perspectivas Rev. Mandrágora, v.19. n. 19, 2013, p. 5-15 [online] disponível em:

DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-0985/mandragora.v19n19p5-15>

JESUS, Jaqueline de Gomes. **Feminismos contemporâneo e interseccionalidade 2.0**: uma

contextualização a partir do pensamento transfeminista Revista Brasileira da Hoocultura, v.1 n.1. p.5.23. 2018..

LAGE, Lana. NADER, B. Maria. **Violência contra a mulher: Da legitimação a condenação social.** In: Nova História das mulheres no Brasil / organizadoras Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2013.

MATOS. I. S. Maria. **História das Mulheres e das Relações de Gênero.** Rev. Mandrágora. 2013, vol.19, n 19. pp.5-15.

PAULA, Verlaine Cristina de. **Segregação urbana e violência: jovens no espaço urbano de Sarandi /** Verlaine Cristina de Paula. - São Paulo. Editora Dialética, 2021.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Estudos de Gênero e História Social.** Rev. Estud. Fem. [online]. 2009, vol.17, n.1, pp.159-189.

PRADO, M J. Mulheres do Sul. In: **História das Mulheres no Brasil**, São Paulo: Contexto, 2004, pp.232-263.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A Pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá.** PUC/SP, Brasil, 2004.

SCOTT., Joan Wallache. “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol.20, nº 2, jul./dez. 1995, pp.71-99.

TILLY, Louise A. **Gênero, história das mulheres e história social.** Cadernos. Pagu (3). 1994, p. 29-62.